

Para aonde vai o biodiesel?

Riscos ameaçam a consolidação do combustível como uma alternativa mais limpa

Só o Grupo Moviminas

leva até você a força das melhores marcas



Elétrica ou a combustão, sempre a melhor opção



- Precisão
- Economia
- Agilidade

ilustrativo e os valores estão em reais e dólar. ICMS 7%





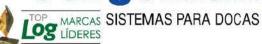


Custo-benefício

XL 25 2.5 t Duplex U\$ 24.810,00*



Cargomax®







Goiânia-GO (62) 3597-2575 / Anápolis-GO (62) 3313-7476 / Brasília-DF (61) 3356-3733 Uberlândia-MG (34) 3232-1410 / Cuiabá-MT (65) 3682-8570



13 Dúvidas cercam biodiesel

Opção reconhecida para substituir combustíveis de origem fóssil, o biodiesel ainda terá de superar uma série de problemas antes de consolidar sua posição no mercado. Entre outros fatores, será preciso definir uma política tributária mais nítida e favorável ao produto, coordenar diretrizes e ações no governo federal e nos Estados e avançar na escolha de matérias-primas que não fiquem

sujeitas a ciclos de especulação no mercado internacional.







Poupar energia Investimentos intensivos em eficiência energética, na racionalização do consumo e modernização das hidrelétricas já instaladas no Brasil,



além da co-geração de eletricidade a partir da biomassa, podem aumentar a potência instalada e assegurar o crescimento, reduzindo a necessidade de gastos com megausinas.

Gestão, a ordem do dia A pesquisa Diagnóstico da Gestão da Micro e Pequena Indústria do Estado de Goiás mostra que somente 11% delas recorrem ao planejamento estratégico ao tomar decisões. Além disso, apenas 34% dos gestores têm formação superior. O trabalho servirá de base para orientar as ações de apoio do Sistema Fieg ao setor.

Direto para o emprego Convênio firmado entre Videplast, uma das

maiores empresas do setor de embalagens flexíveis do País, e Senai já capacitou quase 300 alunos. Aqueles que mais se destacam ao longo do treinamento (foto) saem dos cursos com emprego garantido na empresa.



SISTEMA FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás Presidente: Paulo Afonso Ferreira Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco, Casa da Indústria - Vila Nova CEP 74645-070 - Goiânia-GO Fone (62) 3219-1300 / Fax (62) 3229-2975 Home page: www.sistemafieg.org.br E-mail: fieg@sistemafieg.org.br

Núcleo Regional da FIEG em Anápolis Presidente: Waldyr O'Dwyer Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Bairro Jundiai, CEP 75113-630, Anápolis-GO Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565 E-mail: nureaps@sistemafieg.org.br ESI

Serviço Social da Indústria Diretor Regional: Paulo Afonso Ferreira Superintendente: Paulo Vargas E-mail: adm.sesi@sistemafieg.org.br

IEL

Instituto Euvaldo Lodi Diretor Regional: Daniel Viana Superintendente: Paulo Galeno Paranhos Home page: www.ielgo.com.br E-mail: iel@sistemafieg.org.br SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Diretor Regional: Paulo Vargas Home page: www.senaigo.com.br E-mail: senaigo@senaigo.com.br

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação Qualidade Brasil Diretor Regional: Daniel Viana Superintendente: Paulo Galeno Paranhos Home page: www.icqbrasil.com.br E-mail: icq@icqbrasil.com.br

DIRETORIA DA FIEG

PRESIDENTE Paulo Afonso Ferreira

1º VICE-PRESIDENTE Pedro Alves de Oliveira

2º VICE-PRESIDENTE Wilson de Oliveira

3º VICE-PRESIDENTE Ivan da Glória Teixeira

VICE-PRESIDENTES
Aluísio Quintanilha de Barros
César Helou
Flávio Paiva Ferrari
Joviano Teixeira Jardim
Marley Antônio da Rocha
Ubiratan da Silva Lopes
Eduardo Cunha Zuppani
Luís Antônio Vessani
Carlos Alberto Vieira Soares
Fábio Rassi
Sávio Cruvinel Câmara
Elton Teles de Campos
José Luiz Martin Abuli
Aldrovando Divino de Castro Júnior

José Magno Pato

1º SECRETÁRIO Hélio Naves

2º SECRETÁRIO Luiz Gonzaga de Almeida

1º TESOUREIRO Domingos Sávio Gomes de Oliveira

2º TESOUREIRO Antônio de Sousa Almeida

CONSELHO FISCAL Daniel Viana Heno Jácomo Perillo Waldyr O'Dwyer

CONSELHO DE REPRESENTANTES JUNTO À CNI Paulo Afonso Ferreira Sandro Antônio Scodro Mabel

CONSELHO DE
REPRESENTANTES JUNTO À FIEG
Abílio Pereira Soares Júnior
AldrovandoDivinodeCastroJúnior
Álvaro Otávio Dantas Maia
Anísio Queiroz de Carvalho Jr.
Antônio Clóvis Carneiro
Antônio de Sousa Almeida
Carlos Alberto Diniz

Carlos Alberto Vieira Soares Carlos José de Moura Júnior Carlos Queiroz de Paula e Silva Carlos Roberto de Araújo Carlos Roberto Viana César Helou Cláudio Henrique Chini Cvro Miranda Gifford Júnior Daniel Viana Domingos Sávio Gomes de Oliveira Domingos Vilefort Orzil Edmar Sabino Neves Eduardo Cunha Zuppani Elton de Teles Campos Emílio Carlos Bittar Eurípedes Felizardo Nunes Fábio Rassi Flávio Paiva Ferrari Francisco de Faria Francisco Gonzaga Pontes Frederico Martins Evangelista HenriqueWilhemMorgdeAndrade

Hélio Naves Hélio Naves Júnior Humberto Rodrigues de Oliveira Jairme Canedo Jair Rizzi Jerry de Paula João Essado

Joaquim Cordeiro de Lima Jorcelino José Nunes Neto Jorge Luiz Biazuz Meister José Antônio Vitti José Divino Arruda José Luiz Martin Abuli José Magno Pato José Romoaldo Maranhão Neto José Vieira Gomide Júnior Joviano Teixeira Jardim Laerte Simão Leonardo Jayme de Arimatéa Leopoldo Moreira Neto Luiz Antônio Vessani Luiz Gonzaga de Almeida Luiz Rézio Mário Drummond Diniz Marley Antônio Rocha Mário Renato Guimarães Azeredo Nelson Pereira dos Reis Onofre Andrade Pereira Paulo Afonso Ferreira Pedro Alves de Oliveira Rodrigo Penna de Siqueira Sandro Antônio Scodro Mabel Sávio Cruvinel Câmara Segundo Braoios Martinez Ubiratan da Silva Lopes Valdenício Rodrigues de Andrade

CONSELHOS TEMÁTICOS E INSTITUIÇÕES

Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação Presidente: Ivan da Glória Teixeira Vice-Presidente: Melchíades da Cunha Neto

Conselho Temático de Meio Ambiente Presidente: Henrique W. Morg de Andrade Vice-Presidente:DomingosSávioGomesdeOliveira

Conselho Temático de Infra-Estrutura Presidente: José Rodrigues Peixoto Neto Vice-Presidente:Roberto Elias de Lima Fernandes Conselho Temático de Relações do Trabalho Presidente: Hélio Naves Vice-Presidente: Orizomar Araújo de Siqueira

Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa Presidente: Humberto Rodrigues de Oliveira Vice-Presidente: Carlos Alberto Vieira Soares

Conselho Temático de Responsabilidade Social Presidente: Antônio de Souza Almeida Vice-Presidente: Melchíades da Cunha Neto

Conselho Temático de Agronegócio Presidente: Segundo Braoios Martinez Vice-Presidente: IgorMontenegro Celestino Otto Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais Presidente: Ronaldo Jair Sales Vice-Presidente: Alberto Borges

Conselho Temático de Jovens Industriais Presidente: Alexandre Costa Vice-Presidente: Marduk Duarte

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg) RepresentanteFieg:Melchíades da Cunha Neto

Wellington Soares Carrijo

Wilson de Oliveira

Rede Metrológica Goiás Presidente: Heribaldo Egídio







Direção José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo Joelma Pinheiro

Edição Lauro Veiga Filho

Subeditor Dehovan Lima

Reportagem:AndelaidePereira,CéliaOliveira,GeraldoNeto,GiovannaAmaral,HenriqueFonseca,Jávier Godinho,DorothyMenezes,FernandaGuirra,Heloísa Lima e Naiara Gonçalves Colaboração: Welington da Silva Vieira Fotografia: Silvio Simões Diagramação, Produção e Publicidade: ND Editora e Publicidade Ltda. Rua 1034, nº 49, Setor Pedro Ludovico 74823-190 - Goiânia-GO Fone: (62) 3255-6262 E-mail: nd@ndeditora.com.br

Fotolito: Oficina de Arte Impressão: Gráfica Kelps (Asa Editora)

Asopiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seusautores enão refletemnecessariamente a opinião da revista



Biocombustíveis, um novo ciclo de riquezas

Paulo Afonso Ferreira

ão cabe apenas aos governos cuidar do desenvolvimento. Convicto dessa realidade, o Sistema Fieg - Federação das Indústrias, Sesi, Senai, IEL e ICQ Brasil -, integrante do Sistema CNI (Confederação Nacional da Indústria), desdobra-se permanentemente no empenho pelo crescimento industrial do Estado e das empresas goianas. Junto com o Fórum das Entidades Empresariais. participa intensamente das discussões com o poder público, oferecendo sugestões e colaborando em soluções para a economia estadual.

Essa parceria, das mais ativas e igualitárias entre os participantes, acontece, por exemplo, em relação aos biocombustíveis. Goiás dispõe de amplas potencialidades para se tornar um dos principais produtores da biomassa, em especial o etanol e o biodiesel, contribuindo com o meio ambiente do planeta, sobretudo na redução do efeito estufa. Além desse benefí-

cio à humanidade e às gerações futuras, a produção de bioenergia estimulará a agricultura em pequenas, médias e grandes propriedades rurais, gerando milhares de postos de trabalho, consumindo insumos do comércio local, exigindo enorme prestação de serviços técnicos, agrícolas e industriais e aumentando a arrecadação pública. Em consequência, advirá um ciclo de riquezas que impulsionará mais ainda nossa expansão econômica.

O Sistema Fieg preparou-se para desafios assim, garantindo também ao biodiesel a assistência de seus órgãos técnicos e de seus Conselhos Temáticos de Infra-estrutura, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, Meio Ambiente e Agronegócio, Relações do Trabalho e Responsabilidade Social. O Senai, que já mantém convênios de assistência técnica com produtores de etanol e atua na área tecnológica de treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos, estenderá esses servicos ao novo setor.

Recentemente, o Sistema Fieg promoveu uma reunião de trabalho sobre o estudo Biodiesel para Investidores, elaborado por sua assessoria técnica e

> pelo Senai, tendo como uma das conclusões a necessidade de aprimoramento do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, quanto à matéria-prima vegetal necessária à produção industrial já instalada. Outras recomendações, igualmente essenciais, dizem respeito à constituição de linha de crédito para financiar a estocagem de matéria-prima pelas indústrias e à

grande oportunidade de investimentos para matadouros, frigoríficos de bovinos e de frangos, que poderão acoplar plantas industriais anexas às instalações existentes, utilizando a gordura animal como matéria-prima. Ainda ficou claro que a produção de matéria-prima em Goiás deve ser aqui mesmo industrializada, agregando valor, o que, certamente, constará da nova

Vale, finalmente, ressaltar ao investidor potencial que o Sistema Fieg está sempre à disposição para ajudar a viabilizar mais negócios em Goiás.

política industrial do Estado em elaboração.

"Goiás dispõe de amplas potencialidades para se tornar um dos principais produtores da biomassa, em especial o etanol e o biodiesel"

'Sindicalismo tem futuro'

Para o consultor e professor universitário José Luís Santana, o crescimento do terceiro setor e a organização da sociedade por meio de associações e sindicatos são tendências mundiais irreversíveis. "Se ficar o bicho come, se correr o bicho pega, mas se juntar o bicho foge", brinca. Mais do que isso, associações e sindicatos caminham para uma gestão mais profissional, e mais parecida com a da iniciativa privada. Santana é formado em administração pela UFMG, com especialização em desenvolvimento empresarial e gestão de RH pelo Insead e Stanford. Consultor e professor em gestão de negócios e planejamento empresarial pela Fundação Dom Cabral, o executivo possui 30 anos de experiência, foi diretor em empresas de grande porte, como Norberto Odebrecht, Camargo Corrêa e Mendes Júnior, além de consultor na Embraer, Coca-Cola, RBS, Sadia, WEG, Philips, ABB - Asea Brown Boveri. Santana esteve em Goiânia para participar do lançamento do Programa de Desenvolvimento Sindical da Fieg. Na oportunidade, falou sobre o papel dos líderes nos processos de mudança.

Goiás Industrial – Quais são as tendências organizacionais em vigor?

José Luís Santana – Podemos colocar o mundo da gestão e da organização como sendo influenciado por um conjunto de tendências. A primeira é uma ênfase cada vez mais forte numa geração de resultado. A segunda, uma exigência crescente por conhecimentos e competência. O mundo já não é mais o dos produtos, é o mundo do conhecimento e das competências que estão por trás desses produtos. A terceira é o fenômeno da mundialização. Hoje há empresas brasileiras implantando fábricas na China. Existem empresas operando 24 horas por dia, de 8 às 18 horas aqui, e quando são 18 horas, começa um fornecedor dele na Índia a funcionar. E a quarta tendência: é um mundo no qual a sociedade está se organizando. É um mundo no qual a democracia passa a ser formada não apenas pelo primeiro e segundo setor, que são as empresas, mas onde começa a crescer o terceiro setor, que são as organizações não-governamentais. Três setores que têm alguma superposição entre si. Existem instituições que estão no meio do caminho, entre setor privado e comunidade. Outras estão no meio do caminho, entre comunidade



e governo. E ainda aquelas que estão entre governo e empresas. Esse é o espaço, nessa superposição, disponível para instituições como as nossas, a Federação das Indústrias, Instituto Evaldo Lodi, sindicatos. Esse é um novo mundo, um mundo em rede.

Goiás Industrial – O que está mudando nas empresas brasileiras? É perceptível que elas estejam em processo de mudança ou a maioria ainda segue o velho paradigma?

Santana — Se você for falar no quantitativo eu diria que a maior quantidade está no tradicional. Mas a boa notícia é que aquelas que fazem as transformações da liderança estão em um processo fantástico. O que aconteceu de 1990 para cá, no País, é uma coisa espetacular. Estão surgindo multinacionais brasileiras como a Odebrecht, WEG, Vale do Rio Doce, Usiminas, Gerdau. Nunca houve tantos executivos e profissionais brasileiros ocupando inúmeras e tão altas posições em empresas.

Goiás Industrial – E quais são as características desses líderes de sucesso. O que determina o sucesso deles?

Santana - O foco nos resultados empresariais, não nos operacionais. Foco no resultado econômico de uma maneira diferente, ao invés de olhar apenas o lucro do curto prazo. São empresários que estão de olho no valor da empresa no final do ano. Porque quem olha apenas o lucro no curto prazo está colocando em risco o futuro da empresa. São empresários que buscam a sustentabilidade da empresa e que entenderam que a lógica completa é a seguinte: se quero gerar valor, tenho de ter lucro. Se quero ter lucro, tenho de ter posição adequada no mercado. Se eu quero ter posição adequada no mercado preciso ter qualidade. Se quero ter qualidade para o mercado, tenho de possuir tecnologia e processos adequados. E se quero isso, tenho de ser competente. Então o terceiro ponto é esse: a questão da valorização da gestão por competência. As empresas estão olhando cada

vez mais para a competência. Agora, o que permeia tudo isso é uma coisa que chamamos de empresariamento, que é o empreendedorismo aplicado nas empresas. Porque descobriram a competência como algo fundamental, essas empresas estão reinventando a maneira de lidar com pessoas. Elas não querem empregados, querem associados.

Goiás Industrial – Não há então um modelo fixo? O empresário tem de construir uma trajetória em cima de fundamentos?

Santana - Talvez o único modelo que exista seja aquele de que tem de haver coerência, integridade. O que importa é que haja um propósito claramente definido e políticas sobre como chegar lá. E a partir daí que se busquem pessoas e processos adequados. Você pode ser um centralizador ou um descentralizador e dar certo. A questão é mais a coerência. Quando observamos empresas do mesmo setor que estão indo muito bem, ou quando pegamos a lista dos cinco primeiros em cada setor, percebemos que adotam coisas diferentes. O que elas têm em comum é o foco em resultado empresarial e um entendimento das pessoas como um diferencial.

Goiás Industrial – Quais são as transformações que as organizações são levadas a enfrentar em delas, fornecedores. Estamos na era da superterceirização, que acontece quando se terceiriza a produção. Isso é um mundo novo de oportunidades para pequenas e médias empresas, de fazerem parte das grandes empresas. A segunda transformação muito grande é a de ter de adotar padrões mundiais. Mesmo que não trabalhe para exportar, alguém de fora disputará com você o mercado. Então elas precisam ter padrão internacional ainda que não exportem. O terceiro ponto ainda é a questão do empreendedorismo. Porque as empresas descobrem que, quando têm sucesso e crescem, é preciso mudar para continuar. Muitas ficam naquela história: vou repetir o que fiz até agora, porque deu certo. E esse é o grande engano. A quarta mudança é a descoberta da diferença entre lucro e valor da empresa. Há um conceito que vem com o nome do termo em inglês EVA (Valor Econômico Adicionado). Finalmente, os empresários estão entendendo que é mais importante saber quanto vale a empresa no final do ano do que se ela deu lucro ou não durante o ano. Então é um raciocínio de transformação. E a quinta, para fechar o processo, é a questão do profissionalismo. A idéia é que ele tem de ser a marca, para acontecer tudo isso que eu falei. O profissionalismo da gestão de negócios e da gestão da propriedade.



"Quem olha apenas o lucro no curto prazo está colocando em risco o futuro da empresa"

função de mudanças no ambiente das empresas?

Santana – A primeira transformação é nas relações de trabalho. Hoje você não tem mais a situação tradicional de empregado-patrão. As empresas estão buscando associados e não empregados, trabalhando em rede, inclusive, trazendo para dentro Goiás Industrial – Vamos falar de tendências de sindicalismo. O sindicalismo tem futuro? Que transformações deveriam acontecer para que chegasse a um modelo ideal?

Santana – Eu acredito que o sindicalismo tem futuro. O que acontece muito forte na questão do sindicalis-

mo e do associativismo é a tendência de o mundo se conectar em rede, em meio a um processo de organização de uma sociedade. Há um fenômeno que é da essência da democracia e que tem de acontecer: o fenômeno da agregação. Nós vivemos num mundo em que até as grandes corporações estão se juntando. No outro lado, as micro e pequenas estão se unindo. Sindicato, associativismo, cooperativismo não só têm futuro, como são o futuro. Entenda aquele mesmo fenômeno que falei anteriormente da sociedade que se organiza. A sociedade não é feita só de pessoas físicas, mas também de pessoas jurídicas. Na essência da democracia, governar é coordenar pressões, que é uma frase do Kennedy (John, presidente dos Estados Unidos). Se um determinado setor não se organiza e pressiona na direção de suas necessidades e interesses, está sendo antidemocrático. Ele está esperando que alguém, que pode ser o rei ou o ditador, cuide de seus interesses. Agora, esse futuro significa a necessidade de se desvincular de um passado. O passado do sindicalismo não representativo, que está mais preocupado em fazer arrecadação, tomar dinheiro da gente. Os sindicatos não têm futuro, eles são o futuro. Mas não esse sindicato que está aí. Daí a importância de eventos como o promovido pela Fieg, que é uma parada para reflexão.

Goiás Industrial – E essa reflexão para mudança de paradigmas é uma tendência?

Santana – Ou vai por bem ou vai pela dor. Que a tendência é repensar os sindicatos eu não tenho dúvida alguma. Se esse repensar será feito de dentro para fora ou se de fora para dentro, eu não sei. Porque, quem não se adequar perderá filiados, a sociedade criará outros órgãos representa-

tivos. O futuro é o associativismo, a redução do poder do governo inadequado, pelo fortalecimento da sociedade e de seus representantes. Seria o cúmulo do absurdo, se nesse momento de crescimento do associativismo aqueles que já existiam perdessem o bonde da história.

Goiás Industrial — Quais são os principais pontos da formação das lideranças sindicais?

Santana - Em primeiro lugar,

Goiás Industrial – Quais são as tendências para modelo de gestão no setor público? Como é hoje e como deveria ser a atuação dos gestores públicos?

Santana – O movimento mundial chamado de esquerda progressista defende um jeito de ser a governança no mundo em cima de quatro plataformas. Promover a estabilidade macroeconômica, porque nada pior, sobretudo para os pobres, do que a instabilidade e sua filha maldita



"Talvez o único modelo que exista seja aquele de que tem de haver coerência, integridade"

toda e qualquer liderança sindical tem de ter forte o conceito de servir e não o de se servir. Queira ou não, um papel em sindicato ou associação é um papel político e não tem a ver com administração pública. O princípio para quem está na esfera política e pública, antes de qualquer coisa, e sobretudo, é o sentido da missão. Segundo ponto: é preciso ter competência, não apenas atitudes. Uma das chagas do sindicalismo e do associativismo brasileiro é mandar para lá os assessores adjuntos. Aquela turma que não faz falta e está atrapalhando na empresa. É preciso pessoas como o Paulo (Afonso, presidente da Fieg), que é empresário de sucesso. É um desafio para as empresas, porque tirar um presidente e um profissional de sucesso de uma empresa é um negócio complicado. Mas mandar para o sindicato quem não faz falta para ninguém é um absurdo. Com base nessas duas coisas, a pessoa vai adquirir liderança, credibilidade.

chamada inflação. Segundo lugar, reduzir a dependência da sociedade em relação ao Estado por meio de reformas fiscais, trabalhistas, previdenciárias, de forma que o Estado faça aquilo que é o seu papel básico. ou seja, cuidar da segurança, da educação, da saúde e promover o desenvolvimento. Terceiro, é preciso que o governo promova investimentos em infra-estrutura e educação para o trabalho, não para o emprego. E o quarto, como base para tudo, estimular o espírito empreendedor. Agora, de maneira geral, entre governança pública e privada não deveria existir diferença. A única diferença da privada para a pública é que na primeira você tem um acionista como dono. Na segunda, o acionista é a sociedade. Na empresa privada, a gestão está focada em resultados, enquanto na administração pública deveria também ser assim. As pessoas deveriam ser promovidas ou permanecer no cargo em função de competência e geração de resultados. E não por manipulações políticas, de populismo ou coisas desse tipo.

Goiás Industrial — O senhor citou uma tendência de mudança de perfil de líderes no setor empresarial e no sindical. E como estão as coisas na gestão pública?



"A segunda transformação muito grande é a de ter de adotar padrões mundiais, mesmo que você não trabalhe para exportar"

Santana - Lamentavelmente a regra no setor público é aquela brincadeira que eu fiz com o jogo de palavras: se servir e não servir. Eu gostaria de dizer que a exceção é esse que se serve. Claro que tem exceção. O grande drama político brasileiro é esse. Não é questão de competência. Esse povo é muito competente. O Brasil é um país extremamente bom. O problema da administração pública é o mesmo da administração de sindicatos e outras instituições do gênero, mas levado ao expoente máximo. Alguns raros servem à sociedade. A grande maioria se serve da sociedade.

Goiás Industrial – Como empresas e entidades sindicais devem se preparar para o processo de sucessão?

Santana – Do ponto de vista empresarial, costumamos dizer que a empresa familiar é uma entidade formada por duas coisas: uma família empresária, que veio antes, e uma empresa familiar que veio depois. Eu citei na palestra dados nacionais e in-



"Ofuturo é a redução do poder do governo inadequado, pelo fortalecimento da sociedade e de seus representantes"

de 80% dá errado. É um processo sobre o qual se diz o seguinte: quando a empresa for bem gerida e de forma profissional, o problema da sucessão não existe. Tudo é resolvido naturalmente, porque prevalece a meritocracia, a competência.

Goiás Industrial - Como fazer escolhas tão racionais quando há sentimentos envolvidos, como no caso da sucessão de uma empresa familiar?

Santana – Não é fácil. Justamente por causa da questão da emoção que há em profissionalizar a família empresária. Nunca uma das mães entenderá que o filho da outra é mais competente. A não ser que ela passe a entender de negócios, a entender que, gestão teria de ser menos personalista, o que não significa sem emoção, garra ou entusiasmo. Os países sérios têm uma Constituição que é do povo. O governante que entra tem de respeitar a Constituição e nós distinguimos gestão do Estado, que é de governo e gestão do Estado, que é situacional. Assim também deveria ser o processo da sucessão em organizações como sindicatos, federações. Mas pode virar problema se essa instituição não tiver um projeto de longo prazo que defina qual é a sua missão. Missão define razão de ser, finalidade, é um compromisso. É preciso ter visão de longo prazo, e isso significa no mínimo 25 anos.

Goiás Industrial – Todo esse pragmatismo é conflitante com traços marcantes da cultura brasileira...

Santana - Sobretudo com a cultura brasileira do passado. Falei no início da palestra que não basta desestatizar a economia. Tem de "desprivatizar" o governo por que, lamentavelmente, temos a cultura de tirar partido da coisa pública. Enquanto lá fora parece que vivemos em um condomínio onde todo mundo que mora é proprietário, na maioria do País parece que vivemos em um condomínio onde todo mundo é inquilino. Está de passagem, não cuida, tem raiva do dono. É preciso prestar atenção nisso, na sociedade brasileira que está lenta, porém, gradual e, eu diria, inexoravelmente se organizando. O Brasil é o país no mundo que possui mais movimento de natureza de voluntariado, de assistência social. O que é um paradoxo, porque tem os piores números e alguns dos melhores números do planeta. E falta um pouquinho. Falta crescer o papel da sociedade.



"Há tendência de o mundo se conectar em rede. Sindicato, associativismo, cooperativismo não só têm futuro, como são o futuro"

ternacionais, que comprovam que a grande maioria das empresas não dura cinco anos. As que passaram de cinco dificilmente chegam a dez. As raríssimas que chegaram a dez normalmente têm um ponto crítico aos 25 anos. Aquele momento em que sai da primeira para a segunda geração. Então fala-se muito em profissionalização da empresa familiar que implica em duas profissionalizações: a da gestão do negócio, ou seja, a da empresa; e a profissionalização da gestão da propriedade da família empresarial. Quando isso é feito, o processo de sucessão é natural. Sucessão no caso de empresa familiar, quando cuidado antes da morte do fundador, acima de 80% dá certo. Quando pensado depois, acima às vezes, colocar um profissional, ou uma outra pessoa, é a melhor maneira de preservar o patrimônio da família.

Goiás Industrial – E quando a sucessão ocorre em entidades sindicais?

Santana — No caso da sucessão em sindicatos e em associações, é como na democracia. Temos o grande desafio de garantir a combinação entre a alternância num nível mais alto, que é a da essência das instituições. Então é sadio e natural que haja alternância nos níveis mais altos, com a continuidade no funcionamento da instituição. Essas instituições precisam ter projetos, assim como o País deveria ter um. A

SINDICATOS COM SEDE NA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS - FIEG

Av. Anhanguera, nº 5.440, Edifício José Aquino Porto, Palácio da Indústria, Centro, Goiânia-GO, CEP 74043-010

SIAEG

Sindicatodas Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás

Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel Fone(62)3224-4253/Fax3224-9226-siaeg@terra.com.br

SIFF

SindicatodasIndústriasExtrativasdoEstadodeGoiás e do Distrito Federal Presidente: Nelson Pereira dos Reis Fone (62) 3212-6092/Fax 3212-6092 sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicatodas Indústrias Gráficas no Estado de Goiás Presidente: Antônio de Sousa Almeida Fone (62) 3223-6515/Fax 3223-1062 sigego@sistemafieg.org.br

SIMELGO

Sindicatodas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicase de Material Elétrico do Estado de Goiás Presidente: Hélio Naves Fone/Fax(62)3224-4462-contato@simelgo.org.br

SIMPLAGO

SindicatodasIndústriasdeMaterialPlásticonoEstado de Goiás Presidente: Mário Drummond Diniz Fone (62) 3229-2427/Fax 3224-5405 simplago@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

SindicatodasIndústriasdeRochasOrnamentaisdo Estado de Goiás Presidente: Carlos Queiroz de Paula e Silva Fone/Fax (62) 3223-6667

SINCAFÉ

SindicatodasIndústriasdeTorrefaçãoeMoagemde Café no Estado de Goiás Presidente: Sávio Cruvinel Câmara Fone (62) 3212-7473/Fax 3212-5249 sincafe@sistemafieg.org.br

SINDAGO

Sindicato dos Areeiros do Estado de Goiás Presidente: Carlos Alberto Diniz Fone/Fax (62) 3223-6667

SINDIALF

Sindicatodas Indústrias de Alfaiataria e Confecção de Roupas para Homens no Estado de Goiás Presidente: Daniel Viana Fone (62) 3223-2050

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras do Estado de GO, TO e DF Presidente: Fábio Rassi Fone/Fax (62) 3223-6667 sindibrita@sistemafieg.org.br

SINDICALCE

SindicatodasIndústriasdeCalçadosnoEstadode Goiás Presidente: Flávio Ferrari Fone (62) 3225-6412/Fax 3225-6402

sindicalce@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicatodas Indústrias de Carnese Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal Presidente: José Magno Pato Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521 sindicarne@sistemafieg.org.br

SINDICURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás Presidente: João Essado Fone (62) 3213-4900/Fax 3212-3970 sindicurti@uol.com.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás Presidente: José Luiz Martin Abuli Fone (62) 3225-7888 sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE

Sindicatodas Indústrias de Laticínios no Estadode Goiás Presidente: César Helou Fone (62) 3212-1135/Fax 3212-8885 sinleite@terra.com.br

SINDIPÃO

SindicatodasIndústriasdePanificaçãoeConfeitaria no Estado de Goiás Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida Telefax (62) 3225-1016 sindipao@sistemafieg.org.br

SINDIREPA

SindicatodalndústriadeReparaçãodeVeículose Acessórios no Estado de Goiás Presidente: Aldrovando Divino de Castro Júnior Fone(62)3224-0121-sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás Presidente: Carlos Alberto Vieira Soares Fone/Fax (62) 3224-7296 sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicatodos Moinhos de Trigoda Região Centro-Oeste Presidente: André Lavor Pagels Barbosa Fone (62) 3223-9703-sindtrigo @sistema fieg.org.br

SININCEG

Sindicatodas Indústrias de Calcário, Cale Derivados no Estado de Goiás Presidente: José Antônio Vitti Fone/Fax (62) 3223-6667 sininceg@sistemafieg.org.br

SINPROCIA

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás Presidente: Marley Antônio da Rocha Fone (62) 3224-0456/Fax 3224-0338 siac@sistemafieg.org.br

SINDOUÍMICA

Sindicatodas Indústrias Químicas e Farmacêuticas no Estado de Goiás Presidente: Eduardo Cunha Zuppani Fone (62) 3212-3794/Fax 3225-0074 sinquifar@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás Presidente: José Divino Arruda Fone/Fax (62) 3225-8933 sinvest@sistemafieg.org.br

SINDICATOS COM SEDE EM OUTROS ENDEREÇOS

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás Presidente: Pedro Alves de Oliveira RuaT-45,nº60-SetorBueno-CEP74210-160-Goiânia-GO Fone(62)325l-3166/Fax325l-3691-siago@cultura.com.br

SIFACÚCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar no Estado de Goiás Presidente: Segundo Braoios Martinez Presidente-Executivo:IgorMontenegroCelestinoOtto RuaC-236,nº44-JardimAmérica-CEP74290-130-Goiânia-GO Fone (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIFAEG

Sindicatodas Indústrias de Fabricação de Álcool no Estado de Goiás Presidente: Segundo Braoios Martinez

Presidente-Executivo:IgorMontenegroCelestinoOtto Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 -Goiânia- GO

Fone(62)3274-3133e(62)3251-1045-sifaeg@terra.com.br

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano Presidente: Wellington Soares Carrijo RuaCostaGomes,nº143-JardimMarconal-CEP75901-550 - Rio Verde - GO Fone/Fax (64) 3613-4810

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia Presidente: Frederico Martins Evangelista Rua1.137,nº87-SetorMarista-CEP74180-160-Goiânia-GO Fone/Fax (62) 3092-4477 - agicon@agicon.com.br

SINDUSCON-GO

SindicatodalndústriadaConstruçãonoEstadodeGoiás Presidente: Joviano Teixeira Jardim RuaJoãodeAbreu,nº427-SetorOeste-CEP74120-110 - Goiânia- GO Fone (62) 3095-5155/Fax 3095-5176/5177 contato@sinduscongoias.com.br

SINDICATOS COM SEDE EM ANÁPOLIS

Av. Eng^o Roberto Mange, n^o 239-A, Jundiaí, Anápolis / GO CEP 75113-630 Fone/Fax (62) 3324-5768 e 3311-5565 e-mail: sind.industria@terra.com.br

SIAA

Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis Presidente: Wilson de Oliveira

SICMA

Sindicatodas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis Presidente: Ubiratan da Silva Lopes

SIMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis Presidente: Elton de Teles Campos

SINDICE

SindicatodasIndústriasdeCerâmicanoEstadodeGoiás Presidente: Laerte Simão

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis Presidente: José Vieira Gomide Júnior

País aposenta a 'sanfona'

Crises periódicas ficaram para trás, afirma Henrique Meirelles. "O Brasil vai bem e preparado para ir cada vez melhor", repete

economia brasileira abandonou o "padrão de crises periódicas", caracterizado por "arrancadas e freadas" brusças, e acumulou musculatura para ampliar seu crescimento potencial. "O Brasil vai bem e está preparado para ir cada vez melhor", resume, repetidamente, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. É preciso reconhecer, declara Paulo Afonso Ferreira, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), que a administração do goiano Meirelles frente ao BC "trouxe estabilidade para a economia".

De forma mais direta, Paulo Afonso diagnostica o fim do "efeito sanfona", que obrigava a economia a interromper ciclos de crescimento em fiunção de restrições inflacionárias ou de desequilibrios no balanço de pagamentos. "Acabou-se a era de artificialismos na condução da política econômica", decreta Ferreira. Foi assim, entre trocas de gentilezas mútuas e críticas discretas, que os empresários recepcionaram Meirelles na sede da Fieg no início de abril.

Em clima de descontração, Meirelles permitiu-se gracejos mesmo quando pressionado abertamente por lideranças do setor industrial. Vice-presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira quis saber o que o BC pretende fazer para aliviar a situação de pequenas e médias empresas, pressionadas, de um lado, pelos juros mais elevados do planeta e, de outro, por uma taxa de câmbio que "favorece a entrada de produtos importados" e pela ausência de rentabilidade em seus negócios.



Paulo Afonso, Henrique Meirelles, Alcides Rodrigues e Iris Rezende: pressões e elogios mútuos em encontro na Fieg

Como ele, vários outros insistiram na questão dos juros e do câmbio, ligados por uma relação de causa e efeito que a autoridade monetária não reconhece. Em seu discurso de saudação a Meirelles, Paulo Afonso não deixou de anotar seu comentário sobre o assunto. "Alguns fatores ainda inquietam os industriais brasileiros, destacando-se o elevado custo de capital para giro e investimentos das empresas", disse o presidente da Fieg. E acrescentou, logo adiante: "Entre os fatores que gostaríamos de ver solucionados alinhamos a necessidade de estímulo maior à concorrência entre as instituições bancárias".

O aumento da concorrência, buscado inclusive pelo BC, teria como resultado, na expectativa de Paulo Afonso, a redução dos spreads bancários (diferença entre as taxas de captação e de aplicação dos bancos, a "margem de ganho" do setor nas operações de crédito). A prática continuada de "margens" acima do que seria razoável, entende o presidente da Fieg, "vem gerando lucros para as instituições bancárias incompatíveis com os resultados dos demais segmentos da economia".

Ele cobrou, ainda, mudanças na política cambial. A valorização constante da moeda brasileira frente ao dólar e a outras moedas fortes, diz ele, causa aflição às empresas. O presidente da Fieg recusa a adoção de medidas artificiais, que tenderiam a eternizar distorções na economia, mas pondera: "Setores tradicionais da indústria no Brasil não resistirão à concorrência. especialmente com a China, sem que solução criativa e eficaz seja encontrada". Idealmente, prossegue, as empresas brasileiras deveriam contar com linhas de crédito em condições semelhantes àquelas oferecidas pelos maiores concorrentes do País no mercado global. "O custo dos financiamentos para os consumidores finais chega a ser exorbitante", arrematou.

Meirelles respondeu com pilhérias bem-educadas e uma apresentação recheada de gráficos, tabelas e projeções, apontando o bom caminho tomado pela economia brasileira a partir de 2003. Em tom descontraído, ele ressaltou que, num encontro com empresários, não poderia faltar a "tradicional pergunta sobre juros", acrescentando que essa forma de questionamento repete-se a "cada 5 ou 10 minutos" - o que revela, de outro lado, a crescente impaciência do empresariado diante do ritmo excessivamente prolongado da queda das taxas básicas de juros, determinado pelo BC. "Talvez seja um teste para ver se estou dizendo a verdade", comentou, arrancando risadas da platéia seleta que o ouvia.

O presidente do BC abriu a apresentação mostrando, em reação direta aos discursos que ouvira, que a taxa Selic havia recuado de 19,75% em ju-

Pedro Alves de Oliveira: críticas aos juros altos e ao câmbio valorizado

nho de 2005 para 12,74% em março deste ano e sinalizava para algo entre 11,5% e 11,4% em dezembro deste ano, conforme previsões do mercado financeiro. "Isso é um sinal de confiança na política monetária", pontuou. Aquela taxa reflete os juros básicos da economia, definidos pelo Comitê de Política Monetária, o Copom, por sua vez, formado pela alta cúpula do BC.

Descontada a inflação, a taxa de juros real de longo prazo, aferida com base nas operações de swap (contratos de troca de indexadores, que permitem aos participantes proteção contra variações de preços ou do câmbio) de 360 dias, havia baixado de 18,5%, na média do período entre 1996 e 1999, para 11,5% em 2004/2005 e para 9,1% entre 2006 e 2007, chegando em abril a 7,5%. Em oito anos, uma redução de 11 pontos, dos quais 4 pontos porcentuais foram cortados a partir de 2005.

Pedro Alves ainda lembrou o

aparente paradoxo experimentado pelo País, que ostenta indicadores macroeconômicos festejados pelo governo, mas amarga baixos índices de crescimento, consequência de renda reduzida do consumidor. "Não sei qual o setor que o senhor representa e, mais uma vez, lembro que há assimetrias na economia quando você analisa o desempenho da cada setor", afirmou Meirelles. Ele acrescentou que "todos os números mostram crescimento forte de vendas no varejo, com taxas de 7% ao ano e isso é importante em qualquer lugar do mundo".

Na área externa, trunfo frequentemente utilizado pelo BC para responder às críticas contra a sobrevalorização do real perante o dólar, as reservas internacionais cresceram quase oito vezes desde abril de 2003, passando de US\$ 15,9 bilhões para US\$ 122,4 bilhões na posição de 2 de maio deste ano. Na comparação com o início de abril de 2007, quando as reservas já estavam em US\$ 110,4 bilhões, houve um avanço de praticamente 11%.

Em boa medida, o salto nas reservas internacionais está relacionado diretamente às compras agressivas de dólares realizadas nas últimas semanas pelo BC para evitar que a cotação do dólar despenque abaixo de R\$ 2. A pressão no mercado de dólar, segundo Meirelles, deve-se aos "bons fundamentos" do País na área externa, retratados não só pelo crescimento das reservas e pelo saldo positivo no balanco de contas correntes como na redução da dívida externa líquida em quase 55% entre o primeiro trimestre de 2003 (US\$ 165,2 bilhões) e o quarto trimestre do ano passado (US\$ 74,7 bilhões).

Há quem discorde dessa avaliação e os números concretos não deixam de dar certa razão a esses críticos. Nos últimos 12 meses até abril, entraram no País, liquidamente (ou seja, já descontada as remessas de dólares para honrar compromissos com importações, juros e amortizações da dívida externa, pagamentos de lucros, dividendos, royalties e outros), um total de US\$ 42,3 bilhões. No mesmo período, o BC comprou US\$ 58,1 bilhões, quase 40% mais do que o volume de dólares que entrou.

Neste caso, segundo a "cartilha" dos economistas, o "preço" do dólar, como consequência, deveria ter subido (ou pelo menos ter se mantido estabilizado). Transações com "dólar virtual" no mercado de derivativos e de futuros têm contribuído para derrubar a cotação da moeda.

Para fugir de quatro gigantes

Riscos e incertezas rondam o programa de substituição do diesel. Dependência da soja pode criar novos constrangimentos

Brasil atingiu capacidade nominal suficiente para suprir a demanda esperada de biodiesel quando a mistura obrigatória de 2% ao diesel entrar em vigor em 18 de janeiro de 2008. As usinas já autorizadas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) podem produzir 795,81 milhões de litros por ano, praticamente cobrindo a necessidade do mercado brasileiro, estimada em torno de 800 milhões de litros a partir do próximo ano.

Os números do mercado e estudos independentes mostram realidade ainda mais impressionante, sugerindo que a capacidade de produção de biodiesel poderá atingir, ainda neste ano, qualquer coisa próxima a 1,8 bilhão de litros — o que corresponderia praticamente à demanda projetada para 2013, quando a mistura de 5% de biodiesel passará a ser obrigatória.

Coordenada pelo economista Reinaldo Fonseca dos Reis, da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), uma equipe de especialistas da instituição, formada ainda por Francisco de Assis Gomes da Costa e Ítalo de Lima Machado, do Senai, produziu o trabalho Biodiesel para Investidores, cuja integra está disponível no site www.sistemafieg. org.br. O estudo identificou a existência de um total de 80 projetos no País, incluindo aqueles já em operacão, unidades construídas e em fase pré-operacional, em construção e somente planejadas.



Predomínio: grande oferta doméstica coloca soja como a preferida dos projetos de biodiesel

Apenas nas três primeiras categorias, com previsão de início de operação até o final deste ano, confirmase uma capacidade instalada de 1,81 bilhão de litros, distribuída entre 46 empreendimentos. Outras 34 unidades estavam em planejamento quando o levantamento foi concluído, somando outros 2,3 bilhões de litros ao parque produtor de biodiesel. Isso significaria mais do que dobrar a capacidade esperada para 2007, elevando-a para quase 4,11 bilhões de litros.

Se todos os projetos se concretizarem, num horizonte de dois anos, o País passará a contar com o dobro da produção necessária para atender à mistura de 5% de biodiesel (estimada em 2 bilhões de litros), num investimento total próximo a R\$ 2,2 bilhões. A ANP trabalha com previsões ligeiramente mais conservadoras, incluindo uma estimativa de 3,04 bilhões de litros por ano.

Em Goiás, com oito projetos engatilhados ou em operação e

a perspectiva de incluir outros três aos já anunciados, a capacidade instalada tende a superar 550 milhões de litros, representando pouco mais de 13% da oferta doméstica. Segundo dados da Secretaria de Indústria e Comércio de Goiás, apenas sete projetos registrados até o início deste ano exibiam capacidade para produzir 443,86 milhões de litros por ano, num investimento conjunto de R\$ 327,59 milhões. Incluindo o projeto da All Cotton, desenvolvido em Acreúna (GO) numa parceira com a B2br e o fundo Meena Finance a um custo de R\$ 150 milhões, a produção saltaria para 558 milhões de litros anualmente, elevando o investimento total no Estado para quase meio bilhão de reais.

Novos desafios – Tudo isso sugere que o governo federal poderá mesmo antecipar a meta estabelecida inicialmente para 2013, fixan-



Reinaldo Fonseca: avanço acelerado cria novosdesafiosparaoprogramadebiodiesel do seu início de vigência para 2010, quando passaria a ser exigida a mistura de 5% de biodiesel (o chamado B5). "O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) tornou-se realidade mais rápido do que se esperava", anota Fonseca.

Conforme o trabalho, a velocidade de avanço da indústria do biodiesel "atropelou planejadores e técnicos do programa" e desnudou dificuldades que ainda terão de ser contornadas para que o combustível consolide definitivamente sua posição no mercado como uma opção menos poluente do que o diesel de origem fóssil. O primeiro desafio será discutir a matéria-prima a ser utilizada para que o programa ganhe escala e repita, por outros caminhos, a escalada da indústria de etanol no País, que hoje consegue ser competitiva globalmente com subsídios governamentais quase nulos - entre outros fatores, porque depende inteiramente de matéria-prima e tecnologia produzidas aqui mesmo.

A soja, no caso do biodiesel, lembra Fonseca, tem sido a matéria-prima escolhida como base pela maior parte dos projetos em operação. "A soja é uma commodity controlada no Brasil por poucas empre-

O passeio inútil do álcool

Há outras questões igualmente relevantes a enfrentar, lembra Fonseca. Uma delas diz respeito à necessidade de uma coordenação mais rigorosa das ações na área, de forma a ajustar o foco dos diversos programas estaduais criados para estimular a atividade e unificar essas políticas sob um mesmo guarda-chuva. O comando, necessariamente, deverá ficar instalado no governo federal, que deverá fixar metas e criar mecanismos de acompanhamento e controle, por meio da escolha de gestores.

A essa coordenação central caberia ainda assegurar a disseminação das novas tecnologias em fase de desenvolvimento, com atenção especial para aquelas que possam vir a otimizar o aproveitamento econômico de subprodutos da produção de biodiesel. Com rotas tecnológicas bem delineadas, o processo ainda deverá experimentar avanços, nessa área, em função das pesquisas que vêm sendo realizadas no País e no mundo, com apostas em várias direções, onde se sobressaem as possibilidades da chamada segunda geração do etanol, baseada na produção de energia a partir da quebra das cadeias de celulose em gramíneas e outras variedades.

O documento sugere a aceleração dos experimentos, no Brasil, com a mamona e o pinhão manso e recomenda o plantio de soja destinada à produção de biodiesel em projetos de assentamento da reforma agrária. Nessa hipótese, a produção seria gerenciada por cooperativas de produtores. A opção de criação de cooperativas ou de associações de produtores, por sinal, prossegue o estudo, deveria ser fortemente estimulada pelo programa brasileiro de biodiesel, "visando incrementar projetos de pequeno porte para atender mercados locais, em especial, ao consumo nas propriedades rurais", com isenção de impostos.

A idéia é evitar que aconteça o mesmo ocorrido com o álcool, cuja produção hoje encontra-se concentrada em grandes usinas e destilarias, obrigando o setor e o governo a investirem em caros projetos de logística de distribuição de forma a atender todo o mercado brasileiro. A produção de biodiesel nas fazendas, um processo hoje complicado pela necessidade de homologação da ANP, evitaria o "passeio" inútil do combustível, economizando recursos, reduzindo custos (graças ao frete que deixaria de ser pago) e ainda retirando das estradas centenas de caminhões-tanques necessários para fazer o transporte do combustível desde as zonas produtoras até os centros de distribuição e, dali, de volta aos mercados consumidores.

Quando destinada ao mercado interno e exclusivamente para a produção de biodiesel, defende ainda Fonseca, a soja em grão deveria ser desonerada de impostos da mesma forma como ocorre nas vendas para o mercado externo.

sas, que possuem seus interesses definidos na cadeia de produção desse mercado", reforça o trabalho da Fieg. Nesse caso, a questão do abastecimento deve estar presente no horizonte de planejamento dos investidores de uma forma específica, mas também das autoridades responsáveis pela condução do programa nacional de biodiesel.

Fazendo contas e levando-se em consideração que a soja permite a extração de 18% do óleo vegetal (gerando, portanto, 82% de farelo destinado à ração animal), a producão anual de 1,8 bilhão de litros de biodiesel exigirá o esmagamento de quase 10 milhões de toneladas de soja em grão (18% da safra prevista para este ano, próxima a 55 milhões de toneladas), caso o produto fosse escolhido por todos os fabricantes do combustível. Projetando-se mais à frente, quando haverá uma demanda na faixa de 2.4 bilhões de litros por ano, a necessidade de soja cresceria para 13 milhões de toneladas, quase um quarto da produção atual.

À questão mais imediata e concreta do abastecimento soma-se um aspecto estratégico. O comércio mundial de soja está concentrado nas mãos de quatro gigantes do setor, as multinacionais Cargill, Archer Daniels Midland (ADM), Bunge e o Grupo Dreyfus. As três primeiras e mais a cooperativa de produtores norte-americanos AGP são responsáveis, nos Estados Unidos, por 80% do esmagamento da soja. ADM, Cargill, Bunge e Dreyfus respondem, no Brasil, por quase 60% das exportações do complexo soja e movimentam praticamente o mesmo porcentual da produção anual doméstica do grão. Em resumo, dispõem de um poder de mercado inigualável e capacidade para ditar tendências, influenciando fortemente no processo de formação de preços no setor em todo o mundo.



Mamona: viabilidade técnica ainda a ser comprovada

Num parênteses, a soja tornou-se opção da maioria dos projetos obviamente por sua maior oferta internamente, mas também porque aqueles projetos foram definidos quando os preços da matéria-prima estavam em baixa no mercado internacional. Como se recorda, no primeiro trimestre de 2004, a cotação da soja na Bolsa de Chicago esbarrou em US\$ 10 por bushel ou quase US\$ 370 por tonelada ou US\$ 22 a saca de 60 quilos - equivalente, hoje, a R\$ 44 por unidade ou 50% acima dos preços médios praticados no mercado atacadista atualmente. A euforia durou até a confirmação de uma produção recorde nos Esta-

dos Unidos, fazendo o preço desabar para níveis históricos, ao redor de US\$ 6 por bushel (US\$ 13,20 por saca), com periodos de baixa ainda mais acentuada.

Esse movimento tornou a soja barata numa fase que coincidiu com a entrada em vigor do programa brasileiro de biodiesel. Desde o final do ano passado, no entanto, a commodity voltou a subir em Chicago, ultrapassando a barreira dos US\$ 7 por bushel e aproximando-se de US\$ 7,40 nas últimas semanas. O mercado tem se mostrado aquecido num reflexo da crescente demanda por milho, base da indústria fabricante de etanol nos Estados Unidos.



Girassol: terceiro maior rendimento entre as variedades disponíveis no País

A volatilidade desse mercado, sujeito a injunções sobre as quais o País não tem poder para influenciar, pode complicar a estratégia de expansão do biodiesel no Brasil, se a soja for mesmo confirmada como opção majoritária dos investidores.

"Outro problema é a soja, cuja produção decaiu, os preços aumentaram e o produtor rural prefere vender o grão para o exterior isento de tributos. O Brasil, ao contrário da Argentina, não tem política tributária definida para a agroindustrialização, em especial, para o produto soja e sua cadeia", reforca o estudo. Por isso mesmo, retoma Fonseca, será preciso pensar em alternativas, focadas de preferência em culturas permanentes, como o pinhão manso. Nesse caso, as pesquisas de campo e em laboratório deveriam ser incrementadas rapidamente, de forma a que o País tenha respostas a apresentar aos investidores ao longo do processo de consolidação do biodiesel.

Rendimento no campo – O levantamento apresentado pela Fieg à imprensa enumera alternativas de

matérias-primas para o setor e compara a produtividade média entre

elas. A soja, apenas para manter o tema acesso, oferece rendimento entre 200 e 400 auilos de óleo, em média, por hectare colhido, gerando, como visto, um porcentual de 18% de óleo. Algodão em caroço, milho e nabo forrageiro, embora alcancem produtividades diferenciadas na lavoura, atingem uma produção de óleo entre 100 e 200 quilos por hectare, desempenho inferior, portanto, ao da soja (ainda que o caroço de algodão e o nabo apresentem teor

O mercado de diesel

(Vendas pelas distribuidoras, em milhões de litros)

Ano	Brasil	Goiás
2000	35.151,3	1.333,1
2001	37.024,9	1.374,4
2002	37.668,3	1.432,1
2003	36.853,3	1.439,9
2004	39.218,7	1.523,5
2005	39.137,4	1.551,8
2006	36.708,0	1.494,1

de óleo entre 32% e 34%). O milho produz apenas 7% de óleo, mas seu grande mercado, no Brasil, continuará sendo o de rações, ao contrário do que ocorre nos EUA (que, por questão igualmente estratégica, escolheram a matéria-prima para estruturar sua indústria de etanol, já que o grão oferece ao país independência e autonomia nas decisões envolvendo o setor energético).

Recomendado para as Regiões Sul e Sudeste, o girassol atinge produtividade média de 1.340 quilos por hectare na lavoura. Seu elevado teor de óleo, na faixa de 35%, comparativamente às demais oleaginosas avaliadas, permite rendimento de óleo por hectare ao redor de 500 a 1,9 mil quilos, o que corresponde ao terceiro melhor desempenho entre as opções disponíveis.

A palma (dendê) e o pinhão manso, de exploração recente no País, são as matérias-primas que oferecem produtividades mais elevadas, no campo, e os maiores rendimentos na produção de óleo. Imbatível nesses quesitos, a palma apresenta produtividade de 9,48 mil quilos por hectare, produzindo entre 3 mil e 6 mil quilos de óleo também por hectare, resultado de um teor de 22% de óleo no processamento. A questão é que a cultura adapta-se melhor às condições de clima e solo da Região Norte e porções da Nordeste, onde pode ser uma opção importante para a indústria de biodiesel.

Perene, a cultura do pinhão manso começou a ser explorada comercialmente há pouco tempo no Brasil e pode se tornar "a grande esperança para o futuro abastecimento das plantas industriais de biodiesel em quase todo o território nacional", anota o trabalho dos especialistas da Fieg. As observações já realizadas permitem inferir produtividade média ao redor de 6

mil quilos por hectare. Com teor de 37%, perdendo apenas para a mamona (47%), pode-se extrair do pinhão o equivalente a 1,8 mil a 2 mil quilos de óleo por hectare.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), lembra Fonseca, vem desenvolvendo pesquisas e testes com o pinhão manso para verificar a viabilidade de sua exploração em larga escala. Será preciso observar se os índices de produtividade se repetem em plantios comerciais, se não há ocorrências de pragas, até aqui não observadas, e quais os melhores caminhos para combatê-las (se e quando ocorrerem infestações). "Numa primeira avaliação", aponta o trabalho da Fieg, "a grande vantagem do pinhão manso é a sua versatilidade com relação à adaptação a qualquer tipo de terreno, não sendo exigente, bem como sua produção por hectare, uma das maiores dentre todas as matérias-primas vegetais, e sua ex-



Algodão: caroço apresenta rendimento inferior ao da soja na produção de óleo

celente produtividade em termos de teor de óleo".

A gordura animal, que também tem sido utilizada em alguns projetos, com destaque para o sebo bovino e a gordura de aves, pode ser igualmente uma possibilidade, embora essa opção limite o investimento a plantas acopladas a unidades de produção de carnes para otimização do suprimento de matéria-prima. Como opção localizada, no entanto, essa pode ser uma dentre as alternativas possíveis. A produção de matéria graxa na média chega a 17 quilos por cabeça, no caso dos bovinos, e varia entre 130 e 85 gramas por unidade para aves em geral.

Na visão da equipe de especialistas da Fieg, a escolha da matériaprima tem importância decisiva na definição da viabilidade econômica dos projetos, já que tecnicamente, até o limite de 20% de mistura de biodiesel no diesel (B20), parece comprovada. Da mesma forma, a geração de subprodutos (farelo, glicerina e outros) terá papel igualmente fundamental nessa área, ao reforçar as fontes de receita do projeto (obviamente, dependendo das condições de mercado que serão enfrentadas daqui para frente).

Capacidade autorizada pela ANP

	(Biodiesel, em milhões de litros por ano)		
Empresa	Local	Capacidade anual	
Agropalma	Belém (PA)	24,0	
Barralcool	Barra do Bugres (MT)	50,0	
Biocapital	Charqueada (SP)	55,8	
Binatural	Formosa (GO)	9,0	
Biolix	Rolândia (PR)	9,0	
Biopetrosul	Taubaté (SP)	6,39	
Brasil Ecodiesel	Floriano (PI)	40,5	
Brasil Ecodiesel	Crateús (CE)	108,0	
Brasil Ecodiesel	Iraquara (BA)	108,0	
Dhaymers	Taboão da Serra (SP)	7,8	
Fertibom	Catanduva (SP)	12,0	
Fusermann	Barbacena (MG)	9,0	
Granol	Anápolis (GO)	100,0	
Granol	Campinas (SP)	39,9	
IBR	Simões Filho (BA)	19,5	
Nutec	Fortaleza (CE)	0,72	
Oleoplan	Veranópolis (SP)	98,1	
Ouro Verde	Rolim de Moura (RO)	5,1	
PonTe di Ferro	Taubaté (SP)	27,0	
PonTe di Ferro	Manguinhos (RJ)	48,0	
Renobras	Dom Aquino (MT)	6,0	
Soyminas	Cássia (MG)	12,0	
Total Fonte: ANP	(2)	795,81	



São Simão: em operação desde 1978, usina tem potência de 1.710 MW e inundou área de 703 quilômetros quadrados

É a matemática...

A reforma e repotenciação de hidrelétricas "velhas", o combate ao desperdício e maior eficiência podem assegurar o crescimento

física e a matemática são ciências exatas, isso se aprende na escola. A hidrologia, no entanto, nem sempre é tão exata e depende, em boa medida, dos humores dos céus. Mesmo assim, quando aplicadas em conjunto, há uma boa perspectiva de que produzam resultados mais ou menos esperados. Foi fazendo contas e coletando informações preciosas que o físico Márcio Maia Vilela, doutor em energias renováveis e pesquisador associado da Vitae Civilis, uma organização não-governamental com atuação nas áreas ambiental e de energia elétrica, chegou a uma conclusão, entre várias. "A ameaça de um 'apagão' a partir de 2008 é totalmente forjada", diz ele, em entrevista à Goiás Industrial.

Os números, sempre eles, reunidos por um conjunto de especialistas e sumidades do mundo acadêmico no Dossiê Energia, mais nova publicação do Instituto de Estudos Avançados (IEA), da Universidade de São Paulo (USP), parecem dar razão a Vilela, que coordenou recente estudo realizado pelo WWF Brasil e pela Unicamp sobre o mesmo assunto.

A reforma e modernização de uma parte das usinas hidrelétricas mais antigas, construídas há 20 anos ou mais, com tecnologias ultrapassadas, a complementação de projetos implantados parcialmente e um esforço real para poupar energia, reduzindo desperdícios e ampliando a eficiência no uso da mesma, mostram os cientistas, poderiam assegurar as bases para o tão sonhado crescimento da economia. Melhor, dispensando a imobilização de recursos bilionários em megaprojetos de geração, com custosos impactos ambientais e sociais. Isso sem falar de fontes alternativas ainda pouco exploradas pelo País, a despeito de todo o alvoroço demonstrado a partir da divulgação dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), mostrando que o aquecimento global, por conta da intervenção humana no clima, é uma ameaca real.

"Sobras" de eletricidade – Vilela recorre a uma conta básica para rebater os grupos interessados em construir na Amazônia uma série de gigantescas barragens para a geração de energia, que exigirão, além de tudo, milhares de quilômetros de linhas de transmissão, já que estarão

distantes dos principais centros consumidores. Em grandes números, diz ele, o País dispõe de uma capacidade instalada hoje na casa dos 100 mil megawatts (MW), dos quais praticamente 80% têm origem hidráulica.

A potência firme, ou seja, aquela que é realmente utilizada pelas empresas e domicílios, na média corresponde a 50% ou 60% da capacidade instalada, o que significa dizer que entre 40 mil e 50 mil MW permanecem ociosos durante grande parte do dia. "Essa folga desaparece, no entanto, durante os horários de pico (quando quase toda a potência é exigida)", afirma Vilela.

Uma melhor gestão pelo lado da demanda, com reescalonamento de horários no comércio e na indústria, por exemplo, permitiria distribuir melhor a demanda por energia, reduzindo substancialmente a necessidade de investimentos em novas hidrelétricas. A providência ajudaria a consolidar aquela "sobra" de energia, que poderia se transformar em uma espécie de "reserva técnica", a ser utilizada em períodos de emergência, por exemplo.

Mas há vários outros pontos a se considerar e que vêm sendo deixados de lado nesse debate. Ainda com a palavra, Vilela lembra que o próprio Ministério de Minas e Energia



Corumbá IV: inaugurada em fevereiro do ano passado, gera 127 MW

(MME) reconhece uma perda média de 18% de energia em todo o sistema elétrico interligado, incluindo a geração, a transmissão e a distribuição. Em grandes números, isso significa que perto de 18 mil MW são dissipados nas falhas do sistema, diante de um desperdício médio de apenas 6% na Europa.

Considerando-se a possibilidade de recuperar entre 10 mil e 12 mil MW (ou 56% a 67% das perdas hoje observadas), colocando o País nos mesmos níveis dos europeus, apenas aqui haveria oferta adicional superior à potência prevista para a hidrelétrica de Belo Monte, que deverá gerar 11 mil MW a um custo total projetado em R\$ 9,5 bilhões (US\$ 4,7 bilhões). "A repotenciação de usinas poderia trazer um ganho entre 4% e 5% sobre a capacidade atual, segundo estimativas também do próprio governo", acrescenta Vilela.

O resultado, apenas nessas duas hipóteses, seria uma oferta extra de energia na faixa de 15 mil a 17 mil MW, o que seria suficiente para suprir, além de Belo Monte, também a eletricidade a ser gerada pelas usinas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira. O complexo planejado para aquele curso d'água, com potência to-

Capacidade instalada

(Número de empreendimentos, potência instalada em megawatts e participação no total em 31 de dezembro de 2006)

Tipo	Empreendimentos	Potência	Participação
Hidrelétricas	156	72.005,4	74,78%
Térmicas	945	20.372,1	21,16%
Pequenas centrais	275	1.566,3	1,63%
Centrais geradoras			
hidroelétricas	202	106,8	0,11%
Nuclear	2	2.007,0	2,08%
Eólica	15	236,9	0,23%
Solar	1	0,02	-
Total	1.596	96.294,5	100,0%

Potência esperada (Evolução da capacidade instalada, em gigawatts) Período Potência 1999 67.95 2002 80.31 2007 96,29 2010 (projeção 101,68 conservadora) 2010 (projeção 107,86 otimista)

tal prevista em 6,5 mil MW, exigiria recursos agora estimados em R\$ 25,7 bilhões. "O que parece é que o governo faz questão de construir hidrelétricas de grande porte por uma questão de engenharia financeira, para solucionar problemas que passam longe da questão energética".

Alternativas de baixo custo - Enquanto avança, em todo o mundo, a discussão de alternativas para alterar padrões de consumo, reduzir emissões de carbono e minimizar os impactos esperados das mudanças no clima planetário, o Brasil parece trilhar veredas opostas. A hidroeletricidade, afinal, não é uma fonte renovável, que produz energia "limpa" ou muitas vezes menos poluente? Tratase da verdade mais cristalina, assim como também é fato que a construção de grandes barragens traz conseqüências ambientais e sociais amplamente negativas.

A questão, no caso, é que há alternativas mais baratas, mais rápidas e ainda menos custosas, ambiental e socialmente, para se reforçar o suprimento interno de energia, sem empurrar a economia para um "apagão". Não se trata, afirma o professor Célio Bermann, do Instituto de Eletrotécni-



Márcio Vilela: "ameaça de 'apagão' é forjada"

ca e Energia (IEE) da USP, de "demonizar" a hidroeletricidade, até porque esse deverá ser um caminho que o País continuará a percorrer. Trata-se, sim, escreve Bermann, em seu artigo na revista do IEA/USP, "de apontar as restrições sociais e ambientais que estão presentes e que devem ser efetivamente consideradas para que a expansão da hidreletricidade seja conduzida de forma socialmente justa e ambientalmente sustentável".

Há possibilidades de ganhos de várias formas, com destaque para o combate ao desperdício, medidas de racionalização do consumo (que os tempos de apagão, no começo da década, comprovam ser plenamente possível, sem grandes sacrificios), investimentos em mais eficiência no uso da energia por eletrodomésticos, eletroeletrônicos, aparelhos em geral, equipamentos, máquinas e motores.

De acordo com Bermann, seria possível atingir ganhos equivalentes a 8,093 mil MW apenas com a "repotenciação" de 67 usinas com mais de 20 anos de operação, conforme levantamento realizado pelo IEE/ USP para o WWF Brasil. A conclusão de outros projetos, apenas parcialmente instalados, poderia assegurar mais 5.28 mil MW. O professor cita os exemplos das usinas de Porto Primavera, em São Paulo, que tem capacidade para 18 turbinas de 110 MW cada, mas opera com apenas 14 (segundo a usina), e mesmo de Itaipu, que poderia receber ainda mais duas turbinas com capacidade somada para 1,4 mil MW.

Como esses, há também os casos das hidrelétricas de Xingó e Itaparica, no Rio São Francisco, que poderiam receber mais oito turbinas (quatro em cada uma delas), com potência total somada de 3 mil MW. "A Companhia Hidroelétrica do São Francisco

Baixa eficiência

(Brasil consome mais eletricidade para crescer do que países desenvolvidos, taxas anuais médias em %)

paises desenvolvidos, taxas anuais medias em %)							
Indicador	Região	1971 -1980	1980 -1990	1990 -2000	2000 -2003	2004 -2005	
Crescimento anual do PIB	Brasil	8,34	1,57	2,65	1,26	2,28	
Crescimento anual do PIB	OCDE	3,44	3,07	2,58	5,23	nd	
Crescimento anual do consumo de eletricidade	Brasil	11,83	5,90	4,30	1,05	4,24	
Crescimento anual do consumo de eletricidade	OCDE	4,46	3,02	2,53	0,88	nd	

Fontes: Ministério de Minas e Energia/Agência Internacional

de Energia/Agência Central de Inteligência (CIA) Elaboração: José Goldemberg (USP) e Oswaldo Lucon

(Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo)

Redução forçada

(Corte médio no consumo de energia na indústria durante o racionamento, por setor)

Setores	Porcentual	
	de redução	
Geral	20%	
Vestuário	18%	
Plástico e borracha	18%	
Químico	18%	
Papel e Celulose	20%	
Alimentos e bebidas	21%	
Produtos de metal	21%	
Minerais não metálico	s 21%	
Têxtil	21%	
Couro	22%	
Metalurgia básica	25%	

Fontes: Coppe/UFRJ; Ecoluz; PUC Rio; Eletrobrás

(Chesf) alega que houve superdimensionamento dos dois projetos e que não existe água suficiente para efetivar a complementação da motorização de ambas. Nesse caso, a questão sai da esfera técnica para alcançar a esfera judicial", afirma Bermann, "pois tratase de apurar responsabilidades daqueles que aprovaram os projetos e conduziram as obras".

A construção de pequenas hidrelétricas, desde que respeitandose a legislação ambiental, pode ser igualmente um outro caminho para o Brasil, avalia o professor. Números oficiais da Eletrobrás sugerem que haveria potencial para a instalação de 924 pequenas usinas, de forma descentralizada, o que permitiria atender regiões mais distantes a custos menores, já que poderia ser dispensada a construção de longas e custosas linhas de transmissão. Aquele conjunto de usinas teria capacidade para gerar 9,8 mil MW, considerando-se apenas aquelas com potência máxima para 10 MW. Levando-se em conta outras 120 hidrelétricas com potência entre 30 e 50 MW, haveria capacidade potencial para mais 4,7 mil MW.

Na conta final, pequenas usinas poderiam ofertar ao sistema elétrico mais 14,5 mil MW. Incluindo a repotenciação e instalação de novas turbinas nas usinas já construídas, o potencial adicional de geração do parque hidrelétrico subiria para praticamente 28 mil MW, a um custo infinitamente menor do que aquele exigido pela construção de megausinas. Apenas para comparação, isso significaria elevar a capacidade instalada no País para mais de 124 mil MW ou 15% acima da potência considerada necessária para suprir o mercado em 2010 (quando se estima que a capacidade instalada deveria alcançar perto de 107,86 mil MW). Sem contar as possibilidades da biomassa.

Em outro trabalho, o professor de Termodinâmica do Instituto de Recursos Naturais da Universidade Federal de Itajubá, Luiz Augusto Horta Nogueira, escreve que estimativas para os setores sucroalcooleiro e de papel e celulose sugerem que, somados, ambos teriam potencial para produzir, em regime de co-geração e utilizando tecnologia convencional, um total de 5,7 mil MW. Capacidade que ainda pode ser ampliada com a aplicação de novas tecnologias. Nessa hipótese, a potência total instalada poderia crescer até 129,7 mil MW, mais de 20% superior à capacidade prevista para 2010 pelas estimativas mais otimistas.

Déficit contestado – Em outro cálculo, que reforça os argumentos de Bermann, o professor José Goldemberg, do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP, e o assessor técnico da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, Oswaldo Lucon, em estudo divulgado também na revista Estudos Avançados, publicada pelo IEA/USP, mostram que a reforma e modernização de grandes usinas já construídas mais do que compensariam o suposto déficit de oferta previsto para 2010 em diante.



José Goldemberg: recuperação de 32 mil MW com 'repotenciação' de hidrelétricas

A reforma daquelas usinas, com capacidade entre mil e 8 mil MW, estimam Goldemberg e Lucon, permitiria agregar ao sistema integrado perto de 32 mil MW, quase cinco vezes mais a potência associada ao complexo de usinas previsto para o Rio Madeira. A diferença é que, ao invés de exigir investimentos de US\$ 1 mil a US\$ 1,5 mil por quilowatt (kW), a modernização poderia ser feita, ainda de acordo com os autores do trabalho, a um custo entre US\$ 100 e US\$ 300 por kW. Ou seja, com menos de R\$ 20 bilhões (ou três quartos do dinheiro que as megausinas exigirão) seria

Uma economia de R\$ 33 bilhões

Um trabalho realizado a quatro mãos pela Unicamp e International Energy Iniciative, sob encomenda do WWF Brasil, sugere que políticas mais agressivas de conservação de energia e de investimentos em fontes renováveis, como biomassa (bagaço de cana e restos de madeira, entre outros) e eólica, tornariam possível ao Brasil poupar recursos equivalentes a R\$ 33 bilhões até 2020. A estratégia permitiria reduzir a demanda projetada para o período em 40%, significando energia correspondente a 60 usinas Angra III, 14 hidrelétricas de Belo Monte e meia dúzia de Itaipus.

A economia seria paralisada? Ao contrário. O recurso à biomassa, à energia gerada pelos ventos e pelo Sol, e a construção de pequenas centrais hidroelétricas poderia criar nada menos que 8 milhões de novos postos de trabalho, segundo o estudo, ou 80% da meta alardeada pelo governo para o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sem qualquer mudança de rota, o País precisaria, em 2020, de 204 mil MW de potência instalada. No cenário traçado pelos especialistas da Unicamp, a energia requerida poderia se limitar a 126 mil MW (38% a menos), o que ainda evitaria emissões de 413 milhões de toneladas de $\rm CO_2$ – mais do que os 403 milhões de toneladas evitadas pelo Proálcool entre 1975 e 2000. Colocado no mercado internacional de créditos de carbono, aquele volume de emissões não realizadas poderia gerar receitas de R\$ 47,5 bilhões até 2020.

possível criar capacidade para gerar cinco vezes mais energia do que as hidrelétricas do Madeira, sem inundar um palmo de chão a mais.

Tente-se entender, daqui em diante, a total ausência de racionalidade nos planos do governo para a área energética. Estima-se que, para suportar taxas de crescimento da economia de 4% em 2007 e de 5% ao ano entre 2008 e 2010, o País precisaria incorporar ao seu parque gerador uma potência anual média de 3 mil MW. Como as usinas anunciadas não sairão no prazo esperado, por problemas de projeto e outros motivos, falase que haveria um déficit entre oferta e consumo da ordem de 28 MW em 2010 e 2.712 MW no ano seguinte ou, ainda, numa hipótese ainda mais pessimista, de 1.475 MW e 4.259 MW para os mesmos anos, caso nem mesmo as usinas novas já leiloadas entrem em operação até lá.



Carlos Nobre: racionalização do consumo

Uma simples comparação matemática, novamente, permite antever que o potencial de geração de energia "nova" (porque não estava no sistema ainda), projetado caso se faça a reforma das grandes e "velhas" hidrelétricas, seria suficiente para cobrir o tal déficit, na versão mais pes-



RobertoSchaeffer:conservaçãotrariaredução de 22% na conta de luz de residências

simista, em sete vezes e meia. Dito de outra maneira, se o País precisar de 3 mil MW novos para crescer 5% ao ano de forma sustentável, a modernização das usinas já construídas poderia assegurar o suprimento ao longo de dez anos, sem exigir a construção de um metro de barragem sequer.

Lições do apagão ou vantagens da conservação

Em todo o mundo, comenta o cientista Carlos Nobre, um dos representantes brasileiros no IPCC, os investimentos em conservação de energia poderiam resultar em uma economia de 15%. "No Brasil, o apagão de 2001 mostrou sem sombras de dúvida que podemos reduzir o consumo de energia elétrica entre 10% e 15% sem queda do PIB (Produto Interno Bruto, a soma de todas as riquezas produzidas por um país), somente por meio da eficiência energética".

A indústria conseguiu operar uma redução média de 20% no consumo de energia durante o racionamento, de acordo com pesquisas realizadas pela Ecoluz, da Bahia, e Pontificia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, num trabalho desenvolvido no âmbito do Programa de Eficiência Energética (PEE), comandado pelo professor Roberto Schaeffer, que chefia o Programa de Planejamento Energético (PPE) da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O PEE é financiado por doações do Global Environment Facility (GEF), com apoio do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Seu objetivo, relata Schaeffer, é definir políticas para o setor de conservação de energia a partir da identificação do potencial que essa área pode oferecer no Brasil. Até o momento, foi simulado o potencial para conservação no setor residencial. Os dados para a indústria e o comércio estão sendo trabalhados pelo consórcio envolvido no programa, que inclui ainda a Eletrobrás.

O trabalho, esclarece Schaeffer, definiu três cenários básicos, um de referência (ou de mercado), que considera apenas a tendência histórica de aumento da eficiência energética no País; outro classificado como "econômico", com investimento expressivo em conservação e em fontes de energia consideradas ambientalmente menos nocivas (com limites para expansão do sistema na Amazônia e proibição de térmicas a carvão, por exemplo); e um terceiro dito "técnico", onde se pressupõe a substituição de aparelhos eletrodomésticos, motores e outros equipamentos pelo que há de mais moderno em termos de tecnologia aplicada à eficiência energética.

Nesse último caso, o potencial de conservação de energia nos domicílios chega a 41%. Se nada for feito para mudar a tendência atual, a possibilidade de economia seria reduzida para apenas 14% na média do País. No cenário tido como mais realista, o "econômico", o potencial identificado atinge 22%. Neste último caso, a necessidade de investimentos no setor elétrico e de petróleo entre 2005 e 2025 cairia de US\$ 142,5 bilhões, projetada em grandes números para o cenário de mercado, para US\$ 115 bilhões ou US\$ 27,5 bilhões a menos.

Como vender carbono lá fora

Mercado mundial negociou mais de US\$ 30 bilhões no ano passado, quase três vezes mais do que em 2005

forte incremento observado no mercado global de carbono estimulou a indústria a agendar uma série de cursos para capacitar executivos, gerentes do setor privado e dirigentes da área pública municipal em projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Aprogramação foi aberta em Goiânia, o curso ministrado entre os dias 10 e 12 de abril na sede da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), e será encerrada em 15 de junho, em Salvador (BA), depois de passar por Fortaleza, entre 9 e 11 de maio.

A proposta é mesmo transferir conhecimento a empresas e a entidades do setor público sobre mudanças climáticas, além de capacitá-las a preparar projetos de MDL e a avaliar sua viabilidade, segundo os critérios definidos pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC). O projeto resulta de uma parceria entre o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), Ministério de Ciência e Tecnologia e Confederação Nacional da Indústria (CNI), por meio da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec).

Projetos de MDL, concebidos no âmbito do Protocolo de Quioto, permitem que empresas e países desenvolvidos comprem créditos gerados pela redução de emissões de gases formadores do efeito estufa em países em desenvolvimento, de forma voluntária e por meio de mecanismos de mercado. As regiões mais ricas do planeta (e, portanto, os maiores poluidores) podem assim assegurar o cumprimento de suas metas de redução de



Emissões: uso de vapor na co-geração a partir da cana pode gerar negócios no mercado de carbono

emissões de carbono.

A temporada de cursos, que tem recebido frequência superior à esperada, como ocorreu em Goiânia, deverá preparar o setor para participar da corrida por negócios no mercado mundial de carbono. Apenas no ano passado, esse mercado movimentou US\$ 30,098 bilhões, crescendo 177% frente aos US\$ 10.864 bilhões registrados em 2005, segundo relatório liberado pelo Banco Mundial no início de maio. Nos países em desenvolvimento, os projetos de MDL e de Implementação Conjunta (Л, na sigla em inglês) transacionaram valores equivalentes a US\$ 5,477 bilhões, o que representou um salto de 89% em relação a 2005 (US\$ 2,984 bilhões).

Segundo a pesquisadora Cláudia do Valle Costa, da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), as oportunidades de negócio abertas para projetos de MDL tendem a beneficiar especialmente setores em que as possibilidades de ganho de eficiência energética são mais amplas e onde melhorias de processos podem poupar energia e reduzir emissões. Nesses casos, a siderurgia estaria entre os segmentos favorecidos, assim como nos setores ligados à co-geração de energia, a partir de biomassa ou lixo, por exemplo. "O MDL não pode ser visto como um pote de ouro no final do arco-íris, até porque este não é um processo barato. Demanda tempo, recursos e expertise", afirma a pesquisadora.

Ao todo, segundo o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), são sete etapas até a aprovação final de um projeto de MDL e a consequente obtenção das Reduções Certificadas de Emissões (RCD).

Mudar ou não mudar, a questão

Fieg, Sebrae-GO e CRC desenvolvem ferramenta para auxiliar empresário a escolher qual caminho tomar para sua empresa

partir de 1º de julho, quando entrar em vigor o Super-Simples - regime unificado e diferenciado de impostos federais, estaduais e municipais destinado às pequenas e microempresas -, empreendedores com faturamento bruto anual de até R\$ 2.4 milhões terão pela frente o desafio de escolher se o melhor é permanecer no regime de tributação atual, ou migrar. Não há fórmulas prontas. A análise tem de ser feita caso a caso, levando em consideração uma série de fatores como o ramo de atividade e o regime de tributação adotado pelo Estado e pelo município.

Para ajudar seus associados, a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), por meio do Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa (Compem) em parceria com o Sebrae-GO e o Conselho Regional de Contabilidade (CRC), está implementando uma série de ações



Rui Dias da Costa: quem tem benefícios fiscais irá perdê-los



Humberto Rodrigues de Oliveira: lei pode anular vantagens nos Estados

para garantir a esses empreendedores a melhor escolha. Entre essas ações está o lançamento de uma ferramenta, que deve ser disponibilizada nas páginas do Sebrae e da Fieg na internet, que permitirá o cálculo individualizado da viabilidade da adoção do Simples, por meio de uma simulação do pagamento de impostos sobre os critérios da nova lei.

Economista e assessor do Compem, Rui Dias da Costa explica que a disponibilização da ferramenta depende somente de acertos técnicos. Ele acrescenta que além do desenvolvimento do programa — que poderá ser utilizado de forma gratuita, desde abril o CRC e a Fieg estão promovendo, nos principais municípios do Estado, uma série de seminários para discutir os principais aspectos tributários e contábeis da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que institui o Super-Simples.

Costa afirma que, de forma geral, o imposto é positivo, mas desta-

ca que ainda há pendências a serem debatidas, especialmente no âmbito regional. "A lei diz que quem tem beneficios fiscais irá perdê-los a partir de 1º de julho." Ele lembra que a nova lei também traz prejuízos para quem tem créditos de ICMS.

Diante desses impasses, o Compem tem procurado discutir com prefeituras e até com o governo estadual formas de evitar prejuízos aos pequenos e microempresários. As discussões estão adiantadas com prefeituras como Anápolis, Pirenópolis e Aparecida de Goiânia. Costa adianta, ainda, que já foi assinado com o Sebrae um protocolo de intenção para criar um grupo de gestão no Estado.

Para o presidente do Compem, Humberto Rodrigues de Oliveira, a ferramenta para simulação do Super-Simples será de grande utilidade para os micro e pequenos empresários. Ele explica que tantos fatores precisam ser levados em considera-

ção, que uma análise individualizada se torna imperativa. Segundo Oliveira, no que diz respeito aos impostos federais, o Super-Simples é sempre mais vantajoso para o empreendedor.

As variações dizem respeito à tributação estadual (ICMS) e municipal (ISS). Oliveira explica que em Goiás, por exemplo, a legislação tributária para a pequena e microempresa é bastante avançada, e contém vários beneficios que podem ser anulados com a nova lei. "Goiás e Bahia são os dois Estados que mais concedem beneficios aos pequenos e microempreendedores. No nosso caso, esses empresários contam com o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), o Produzir e o Microproduzir. "É por isso que a análise tem de ser feita caso a caso, levando em consideração fatores como folha de pagamento, e se a empresa tem créditos de impostos."

Oliveira acrescenta que outro fator com grande influência na escolha do regime tributário é o setor ao qual pertence a empresa. Ele explica que dois setores que devem ser objeto de análise mais detalhada são os de gráfica e serviços. Esses segmentos não haviam sido contemplados no regime do Simples e foram agora incluídos no Super-Simples, mas é preciso fazer cálculos complicados por meio das cinco tabelas, com diferentes faixas de tributação e arrecadação, para saber se vale a pena migrar de regime. Ele também lamenta o fato de que os cálculos do Super-Simples se baseiem no faturamento bruto anual, quando era reivindicação dos micro e pequenos empresários que a tributação fosse em cima do faturamento mensal.

O presidente do Compem, no entanto, frisa que nem tudo é nega-

tivo ou nebuloso no Super-Simples. Há também pontos bastante positivos com a preferência que as micro e pequenas indústrias terão nas compras governamentais; a redução da burocracia para abertura e fechamento de empresas, e também a simplificação do cálculo dos impostos, e o aumento do limite de enquadramento de R\$ 1,7 milhão de faturamento bruto anual para R\$ 2,4 milhões. "A lei cria um ambiente muito menos hostil para micro e pequenos", resume.

Oliveira acredita que, a partir da nova lei, deve haver redução do índice de informalidade no Estado, o que proporcionará o aumento da base de arrecadação. Por isso, a importância de se criar um comitê para implementar o Super-Simples no Estado. Ele informa que o comitê deve contar com a participação de 18 entidades do setor público e privado.

Pontos positivos

- Delegação ao Fórum Permanente das MPEs (que conta com participação do setor privado) a gestão dos aspectos não-tributários da lei;
- Criação do Simples Nacional que inclui, além dos tributos federais, o ICMS e o ISS;
- 3. Possibilidade de desoneração das exportações;
- Possibilidade das empresas não serem bitributadas devido à substituição tributária;
- Contabilidade simplificada (pendente de regulamentação);
- Realização de alteração social e baixa da empresa independente da regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas;
- Redução e limitação do número de documentos exigidos para registro de empresas;
- Permissão e proposição da concessão de tratamento diferenciado e privilegiado às MPEs nas compras governamentais;
- Permissão ao empregador de MPE a se fazer representar por terceiros na Justiça do Trabalho;
- Instituição do consórcio de compra e venda por prazo indeterminado (pendente de regulamentação);
- Redução do custo e facilitação dos procedimentos de pagamento e cancelamento de títulos em protesto;
- Reedição do "Refis" incluindo os tributos estaduais e municipais.

Pontos negativos

- Delegação ao Comitê Gestor de Tributação (que conta apenas com participação do governo – provavelmente órgãos fazendários) da gestão dos aspectos tributários da lei;
- Decisão de revisão dos valores em moeda delegada ao Comitê Gestor de Tributação, excluindo-se a possibilidade disso ocorrer por meio de lei ordinária;
- Opção à maioria dos Estados de definir que os limites de enquadramento sejam menores – o que restringe o benefício e aumenta a complexidade do novo Simples;
- Dificulta acesso aos beneficios da lei, o que além de restringir o alcance dos beneficios, aumenta a complexidade e a insegurança com relação ao enquadramento das empresas;
- Vedação às empresas que produzem ou vendem produtos com alíquota de IPI superior a 20%, retrocesso com relação ao Simples atual;
- 6. Exclusão de MPEs que se desmembrarem;
- Falta de definição da metodologia para que as empresas se beneficiem de isenção, não-incidência ou aliquota zero para o PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI;
- Proibição da MPE optante pelo novo Simples de transferir créditos tributários e usar incentivo fiscal;
- Risco de aumento do tributo recolhido pela empresa que atualmente é isenta do ICMS.

Informação é poder

Pesquisa mostra que 11% das micro e pequenas empresas adotam planejamento estratégico e 34% dos gestores têm curso superior

efender o fortalecimento e o crescimento das empresas da região é uma das metas do trabalho desenvolvido pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg). E para que possam ser planejadas ações que contribuam para os negócios e a competitividade do setor, a entidade entende que é preciso investir em estudos e análises que retratem a situação real do empresariado, afinal, já está mais do que provado que informação é poder.

Com o objetivo de mapear os principais fatores que afetam o andamento da atividade industrial, a Fieg, em parceria com o Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas de Goiás (Sebrae/GO), elaborou o Diagnóstico da Gestão da Micro e Pequena Indústria do Estado de Goiás, trabalho apresentado no dia 18 de abril, no auditório João Bennio, da Casa da Indústria. Além dis-



Renato Fonseca, da CNI: carga tributária continua sendo um constrangimento



Apresentação: Carlos Alberto Guimarães (diretor técnico do Sebrae-GO), João Bosco Umbelino (superintendente do Sebrae-GO), Paulo Afonso (presidente da Fieg), Agenor BragaFilho (presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-GO) e Humberto Rodrigues de Oliveira (presidente do Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa da Fieg)

so, na mesma ocasião, foi divulgado o Mapeamento das Obrigações Legais das Micro e Pequenas Empresas, desenvolvido pelo Sebrae.

Durante o evento, o gerenteexecutivo da Unidade de Pesquisa, Avaliação e Desenvolvimento (PAD) da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Renato da Fonseca, lembrou que, nos períodos de crise, as micro e pequenas indústrias sempre sofrem mais. "Em tempos difíceis, as grandes indústrias param de crescer, mas as micro, pequenas e médias apresentam queda de desempenho. E a recuperação das grandes empresas também comeca mais cedo", revela. Para ele, a elevada carga tributária é, sem dúvida, um dos grandes problemas do setor.

De acordo com o coordenador técnico da Fieg, Welington da Silva Vieira, no diagnóstico foram abordados, entre outros temas, o perfil dos gestores, o tipo de atividade desenvolvida na indústria, os instrumentos de gestão utilizados, a tecnologia aplicada e as preocupações com responsabilidade social e preservação do meio ambiente. "Temos a intenção de utilizar essas informações para subsidiar nosso programa de trabalho e nossas estratégias, colaborando com a vida do empresário", afirmou.

O estudo foi realizado no terceiro trimestre de 2006 e fizeram parte da pesquisa 311 indústrias, das quais 216 estão no mercado há mais de seis anos. Levando em consideração a amostra utilizada, a margem de erro é de 5 pontos porcentuais, para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%. Das unidades participantes, 70% são microindústrias, ou seja, possuem até 19 empregados. As

pequenas indústrias, aquelas com número de colaboradores entre 20 e 99, representam 30% do universo estudado.

O cadastro das indústrias foi obtido no Ministério do Trabalho e a amostra selecionada por sorteio aleatório. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas in loco, previamente agendadas, e os participantes avisados de que as respostas seriam sigilosas. Durante a apresentação dos resultados do diagnóstico, o presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, agradeceu a colaboração dos empresários que, voluntariamente, colaboraram com o estudo e lembrou que a entidade precisa ter informações precisas e concretas sobre os anseios do setor. Ele ainda destacou a importância da parceria com o Sebrae e também com outras instituições, para o desenvolvimento das empresas goianas.

A imensa maioria das indústrias participantes é formada por unidades dos segmentos de vestuário e alimentos e bebidas (*veja quadro*). De acordo com a pesquisa, 92% das empresas são dirigidas pelos próprios empresários, 34% dos gestores possuem curso superior e 75% lêem alguma coisa sobre o negócio, em especial, buscando informações nos jornais diá-



Welington Vieira: "empresas precisam desenvolver cultura de gestão"

rios locais. "Pelo que constatamos, é pequena a leitura de veículos especializados", afirmou Vieira. A participação feminina na gestão foi outro ponto de destaque do estudo, por ter sido identificada em cerca de 63% do universo pesquisado.

As respostas obtidas indicam que as decisões são tomadas, basicamente, em função do mercado (75%), em razão da demanda dos clientes (73%) e também motivadas pelas ações dos concorrentes (44%). No entanto, apenas 11% dos ouvidos usam o planejamento formal de suas atividades. "É preciso desenvolver uma cultura de gestão. Identificamos ainda que é importante melhorar os investimentos

em recursos humanos e em tecnologia", analisou o coordenador técnico da federação.

A gestão financeira das indústrias, explicou ele, também pode melhorar. "O desafio é enorme. A pesquisa é importante porque a cultura de planejar ainda é muito elementar", destacou Vieira. Apenas 37% dos participantes possuem planos de cargos e salários definidos, 76,5% não têm nenhuma ação voltada para a saúde dos empregados e somente 14,5% possuem algum programa de prevenção de riscos ambientais. O diagnóstico revela também que poucas micro e pequenas indústrias goianas exportam parte de seus produtos, no entanto, é significativo o interesse dos empresários em vender para compradores estrangeiros.

Outro ponto que merece destaque diz respeito aos financiamentos. Entre as indústrias pesquisadas, 58% dizem que não encontram dificuldade para obter financiamentos, mas, para 20% dos entrevistados, o maior entreve está relacionado à garantia exigida. Na pesquisa, 70% dizem utilizar créditos e financiamentos para capital de giro, 44% para a aquisição de máquinas e outros 11% usam para construção. "O ideal é que o financiamento não seja para capital de giro, mas para construção e aquisição de máquinas no-

Participação da	as indústrias,	, por segmento

Segmento	Nº de indústrias	% sobre 311
Vestuário e acessórios	101	32,5
Alimentos e bebidas	84	27,0
Móveis	32	10,3
Gráfica	20	6,4
Produtos de metal	19	6,1
Preparação de couro e		
fabricação de artefatos de couro	15	4,8
Minerais não metálicos	14	4,5
Artigos de borracha e plástico	12	3,9
Produtos químicos	9	2,9
Produtos têxteis	3	1,0
Outro segmento	2	0,6
Total	311	100
Fonte: Pesquisa Fieg/IEL		



Jeová Dias: "Queremos que as coisas aconteçam"

vas", comentou o coordenador técnico da Fieg.

Desde a preparação do projeto até a sua apresentação foram cerca de seis meses de trabalho. "A receptividade dos empresários em relação ao questionário nos surpreendeu. É um pontapé inicial e muito pode ser feito a partir das informações que temos agora", disse Vieira. O proprietário do Gesso Esmeralda, Jeová Pereira Dias, está há dois anos e meio no ramo e acredita que o mais importante é que as observações gerem estratégias e ações que sejam colocadas em prática. "Queremos que as coisas aconteçam, temos interesse em colaborar. O empresário precisa de apoio", resumiu.

O diretor da Gráfica Amparo, Aurélio Rocha Moreira, também participou da pesquisa e afirmou que o estudo é importante para que possam ser diagnosticados os acertos e os erros cometidos. "Os resultados apresentados merecem atenção. É uma forma de conhecermos mais sobre o mercado e de traçar estratégias que tragam melhorias para o setor", explicou. Ele ainda conta que a participação de mulheres em cargos de gestão nas indústrias foi algo que chamou a

sua atenção. "Alguns dados obtidos são verdadeiras surpresas".

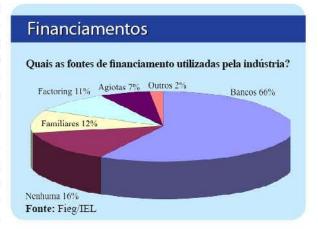
Nos questionários respondidos, os empresários se definiram, especialmente, como "batalhadores e corajosos". Vieira adiantou que, agora, pretende fazer uma análise qualitativa dos resultados da pesquisa. "Temos um mundo de informações disponíveis, que podem nos ajudar a montar estratégias de atendimento. Em médio prazo, tais informações podem trazer avanços na gestão das micro e pequenas indústrias goianas", disse. A pesquisa está disponível no site da Federação

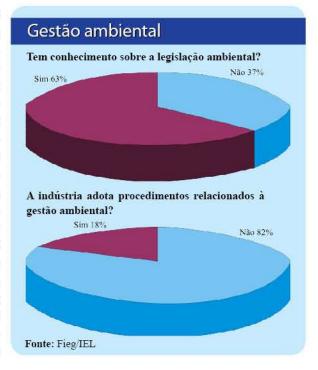
das Indústrias do Estado de Goiás (www.fieg.org. br) e, segundo o coordenador técnico, sugestões e comentários sobre os resultados são bem-vindos.

Sebrae Também no dia 18 de abril, foi feita a apresentação do Mapeamento das Obrigações Legais das Micro e Pequenas Empresas, elaborado pelo Sebrae Goiás. O trabalho é um roteiro sistematizado, que apresenta informações sobre os processos que envolvem desde a abertura ao fechamento das empresas. O material é dividido em três áreas - abertura, funcionamento e baixa – e cada área é subdividida por temas. O

mapeamento chama a atenção dos empresários para as obrigações e procedimentos a que os pequenos negócios estão sujeitos.

"A idéia é facilitar o acesso dos empreendedores às informações. Com a visão clara de suas obrigações, é mais fácil planejar as ações e os próximos passos a serem tomados. Por meio de iniciativas dessa natureza, o Sebrae está dando respostas para a própria sociedade", destacou Agenor Braga e Silva Filho, presidente do Conselho Deliberativo Estadual. O mapeamento pode ser acessado por meio do site www.sebraego.com.br.







Preservação: resíduos podem se transformar em fonte de emprego e renda

Esperança reciclada

Fórum pretende discutir principais dificuldades encontradas por catadores de resíduos reaproveitáveis

atadores de materiais recicláveis de Goiânia e Aparecida de Goiânia passam a contar com o apoio de moradores, empresas, órgãos públicos e entidades de classe num programa de inclusão social. O trabalho é uma iniciativa da Belcar Caminhões, Companhia de Urbanização de Goiânia (Comurg), Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), por meio dos conselhos temáticos de Responsabilidade Social, Meio Ambiente e Relações de Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e dos próprios catadores de resíduos reutilizáveis.

Com a aprovação de instituições como a Agência Ambiental. Evoluti. Faculdades Alfa, Faculdades Uni-Anhanguera, Saneamento de Goiás S/A (Saneago), Secretaria do Meio Ambiente do Estado de Goiás, Secretaria do Meio Ambiente do Município de Goiânia, Sindicato da Construção Civil (Secovi), Tropical Imóveis, EBM Incorporadora, Teleperformance e Instituto Ethos de Responsabilidade Social, será promovido no dia 30 de maio, na Casa da Indústria, em Goiânia, o 1º Fórum Coleta Seletiva de Material Reciclável e Inclusão Social.

Além de ser fonte alternativa de emprego e renda, a reciclagem exprime redução significativa dos níveis de poluição ambiental e do desperdício de recursos naturais, por meio da economia de energia e matérias-primas. Conforme explica o assessor executivo do Conselho Temático de Responsabilidade Social da Fieg, Leandro Gondim Silva, o objetivo das reuniões a serem realizadas é conciliar proteção ambiental com inclusão social, criando um sistema de distribuição do lixo industrial que pode ser reaproveitado pelos catadores da região onde a empresa está situada. "A meta

será contribuir para o processo de transformação social e também ambiental dentro da sociedade", diz o assessor.

"A Delegacia Regional do Trabalho está participando desse projeto porque reconhece a sua importância para a inclusão social dos catadores de recicláveis e suas famílias, por meio da geração de trabalho e renda. Além disso, existe o beneficio ambiental que o programa representa para toda a sociedade," afirma o delegado regional do trabalho em Goiás, Inocêncio Goncalves Borges.

Segundo Gondim, o evento terá como base o debate sobre os problemas que envolvem os trabalhadores nessa área e o que a sociedade urbana poderá fazer para melhorar a situação deles, de maneira consciente e correta. "Os moradores também poderão contribuir para melhoria do trabalho e maior renda dos catadores, separando o lixo doméstico em secos e molhados. Não é preciso ir tão a fundo e reservar papel, plástico, metal e vidro em ambientes distintos. Apenas orgânicos e recicláveis. É mais simples do que se imagina", assegura.

Em Goiânia, conforme dados divulgados pela Comurg, são gerados resíduos sólidos domiciliares, comerciais, de terminais rodoviários e aeroportos, públicos, hospitalares, industriais e entulho, que estão compostos por 60% de material orgânico, 34,4% de resíduos recicláveis e 5,6% considerados outros. São geradas, aproximadamente, 1,1 mil toneladas por dia e 33 mil toneladas por mês de resíduos sólidos domiciliares.

De acordo com Gondim, Goiânia possui um Programa de Coleta Seletiva que vem sendo discutido e revisto junto à administração municipal. Na estrutura



Antônio Almeida: apenas 3% dos resíduos seguem para reciclagem

atual do programa, existem sete Pontos de Entrega Voluntárias (PEVs), localizados em zonas estratégicas da cidade, e uma central de triagem dos resíduos recicláveis, recolhidos por cerca de 3,5 mil catadores, organizados em duas cooperativas e duas associações. De acordo com Antônio de Sousa Almeida, presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás (Sigego). estima-se que são encaminhados para reciclagem apenas 3% dos 34,4% de resíduos gerados. O material proveniente dessa coleta seletiva é comercializado, gerando uma renda mensal que varia de R\$ 200 a R\$ 250 para o catador.

Mas o principal problema que envolve tais trabalhadores é a questão das crianças. Por não terem onde ficar enquanto os pais trabalham, elas precisam acompanhálos os catadores durante a coleta de materiais. Isso torna comum a presença de crianças em aterros sanitários e lixões. "Elas acabam não tendo acesso à educação infantil

baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que exige que as crianças brasileiras desfrutem da escolaridade com um padrão mínimo de qualidade", enfatiza.

"Esse será um dos temas discutidos durante o
fórum", diz Gondim. Segundo ele, já existem três
unidades do Programa de
Erradicação do Trabalho
Infantil (Peti) que recebem
crianças filhas de catadores, e o objetivo do fórum é
viabilizar esse acesso à educação infantil. "O Peti, programa do governo federal,
abriga creches que possuem
infra-estrutura adequada

para receber crianças na faixa etária escolar. Com o programa, os pais podem trabalhar tranquilos enquanto os filhos ficam seguros em locais apropriados", afirma.

Para ele, o fórum quer se tornar um meio transformador da realidade dos catadores de recicláveis nos centros urbanos, ainda à margem da economia e de uma vida social de qualidade.

Dos debates do evento, sairá um relatório que viabilize, junto aos órgãos públicos e privados, a promoção de mudanças dessa realidade, que ofereça solução para uma vida de qualidade. Dessa forma, o empreendimento contribui para o desenvolvimento sustentável da sociedade, vinculando seus negócios às práticas éticas e socioambientais responsáveis. "Assim, é possível transformar oportunidades em riqueza compartilhada, mantendo a atenção voltada para os públicos com os quais se relaciona no que se refere ao desenvolvimento pessoal, profissional, financeiro e espiritual", finaliza Gondim.

Crescimento sustentável

Indústria define meio ambiente como estratégico e consolida agenda para apresentar ao setor público

Confederação Nacional da Indústria (CNI) promoverá, de 12 a 15 de junho, a 1ª Conferência da Indústria Brasileira para o Meio Ambiente (CIBMA). evento que será realizado na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O objetivo central do encontro é buscar a consolidação das propostas do setor a respeito das questões ambientais. Os temas escolhidos para as discussões são Biodiversidade e Florestas (Reserva Legal e Áreas Protegidas Prioritárias), Qualidade Ambiental (Gerenciamento de Resíduos e Mudanças Climáticas), Recursos Hídricos (Plano Nacional de Recursos Hídricos, Cobrança pelo Uso da Água e Agência de Bacias) e Agenda Transversal (Licenciamento Ambiental e Relações Institucionais).

Na opinião de Elisa Romano Dezolt, analista ambiental da CNI, a CIBMA é marco significativo para o setor industrial, que, pela primeira vez, reunirá especialistas, empresários e sindicatos de todo o País para debater temáticas ambientais comuns. Em 2006, explica ela, a Confederação promoveu o encontro Indústria e Desenvolvimento Sustentável, que resultou em relatório-sintese para a área. Desde então, a indústria vem amadurecendo sua posição sobre gestão ambiental.

Este ano, o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), pelo governo federal, e a divulgação dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) criaram um ambiente ainda mais favorável para a realização do evento. Segundo Elisa Dezolt,



Elaine Farinelli: maior participação no debate ambiental

o fortalecimento da gestão ambiental dentro das próprias indústrias e um diálogo mais aberto com a sociedade são importantes ganhos para o setor. "A divulgação de ações e melhores práticas das empresas na otimização dos recursos naturais levará ao conhecimento da opinião pública que a indústria brasileira está se adaptando ao cenário mundial ambiental", afirma.

A idéia da CIBMA é elaborar uma agenda estratégica, que será apresentada ao poder público, expondo as propostas da indústria relacionadas à preservação dos recursos naturais. Para que exista um nivelamento de posições, antes da conferência brasileira, as federações da indústria realizaram discussões em âmbito regional. No dia 10 de maio, a Fieg promoveu a 1ª Conferência da Indústria Estadual para o Meio Ambiente.

De acordo com a assessora do Conselho Temático de Meio Am-



Elisa Dezolt: indústria se adapta ao cenário mundial

biente da Fieg e coordenadora da conferência estadual, Elaine Lopes Noronha Farinelli, o mais importante é que a indústria realmente colocou a questão ambiental dentro de seu plano estratégico.

A proposta da conferência é criar um fórum para a avaliação dos caminhos mais viáveis em relação aos temas ambientais. "Existe uma preocupação da indústria com essas questões, mas também sabemos que são processos que exigem tempo e investimentos. Queremos discutir os aspectos práticos e legais da implantação de diferentes alternativas", analisa Elaine Farinelli.

Segundo Elisa Dezolt, a CI-BMA discutirá temas polêmicos como reserva legal e compensação ambiental, gerenciamento de resíduos pós-consumo, desmatamento, cobrança pelo uso da água e o licenciamento ambiental.



Qualificação para todo o Brasil

CARLOS CAVALCANTE

"Surge, assim,

um circulo

virtuoso: chegam

novos investidores,

ampliando as

potencialidades dos

operadores locais"

pós alguns anos de desenvolvimento bemsucedido nos Estados de Goiás, do Espírito Santo, Maranhão e da Bahia, as ações voltadas para o desenvolvimento e qualificação de fornecedores implantadas pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL) serão estendidas a todo o País.

Diante da divulgação do que se alcançou de positivo nessa experiência pioneira, empresas de outros Estados - fornecedoras e grandes compradoras - manifestaram interesse em participar de iniciativas semelhantes. No final de setembro do ano passado, a Comissão de Planejamento do Sistema IEL começou a trabalhar no sentido da ampliação.

Agora, em meados de março, reunidos em Brasília, superintendentes e técnicos envolvidos nesse

trabalho fizeram a avaliação do que já foi alcançado e fixaram diretrizes e metas para um programa de alcance nacional, que deve receber nova denominação em função da ampliação de seu escopo. O objetivo, porém, permanecerá o mesmo: aprofundar o salutar processo de aproximação entre indústrias de grande ou médio porte com seus fornecedores locais.

O que foi apresentado no seminário deixou claras as inúmeras vantagens desse trabalho. Em primeiro lugar, ele serve para ampliar consideravelmente a competitividade e a produtividade de nossa indústria, ao mesmo tempo em que contribui para a melhoria efetiva das condições socioeconômicas das cidades onde ocorre. O fortalecimento da cadeia produtiva, por sua vez, aumenta a articulação entre as empresas parceiras, possibilitando a formação de consórcios ou forjando alianças estratégicas.

Destacaria igualmente a geração de emprego qualificado, às vezes em cidades menores, com redução de custos e, o que é mais importante, de impactos ambientais.

As experiências pioneiras do IEL foram exitosas. O incremento da produtividade e da competitividade de nossas empresas e a melhoria dos indicadores regionais de desenvolvimento econômico ou social são conquistas listadas como prioritárias no Mapa Estratégico da Indústria, documento elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) que fixa os objetivos prioritários de todos os que trabalham pelo aprimoramento de nossa produção industrial.

O que se constatou é que a aproximação entre empresas maiores e seus fornecedores locais favorece consideravelmente todos os envolvidos. O fornecedor, de sua parte, é desafiado, é estimulado a produzir mais e, principalmente, melhor. E pode, em função de seus avanços, até mesmo passar a atender a novas demandas. Já as chamadas empresas-âncora, desobrigadas de certas etapas da produção, podem concentrar o foco no produto final. Ganham agilidade e cortam custos.

Pelo que se analisou no seminário de março, é

inegável que essa aproximação a crescer mais.

gera dividendos importantes para a região onde ocorre. Ela possibilita, por exemplo, a atração de novas empresas interessadas em produtos e serviços de qualidade ali já desenvolvidos. Surge, assim, um circulo virtuoso: chegam novos investidores, ampliando as potencialidades dos operadores locais, que, diante de novos desafios, são estimulados

Era comum, antigamente, que grandes empresas, instaladas em certas regiões, se tornassem verdadeiras ilhas isoladas da comunidade local, por trazerem trabalhadores de fora, com pequena contribuição para a economia regional, e por comprarem produtos e serviços fora dali. Isso não ocorre mais onde foi desenvolvido o trabalho piloto de qualificação de fornecedores locais.

Colocamos grande esperança na etapa que vamos desenvolver a partir de agora, porque contribuirá para o avanço da indústria. O crescimento industrial, de forma sustentada em índices elevados, é um anseio nacional.

A missão do IEL é colaborar no que for possível para que o Brasil avance num ritmo compatível com suas potencialidades.

Carlos Cavalcante é superintendente do IEL Nacional



Complexo da Siol Alimentos em Rio Verde: em busca de agilidade, rapidez, eficiência e de produtos de qualidade

Siol adere ao PQF

Indústria busca parque de fornecedores qualificados, a partir de programa do IEL, e apresenta demandas em rodada de negócios

mpresa paulista, a Siol Alimentos chega a Goiás valo-✓ rizando os micro, pequenos e médios fornecedores da região Sudoeste, que, indicados pelas grandes compradoras integrantes do Comitê Gestor do Programa de Qualificação de Fornecedores (PQF) em Rio Verde, buscam habilitar-se sob critérios de qualidade preestabelecidos, para tornarem-se competitivos e aptos a atender às demandas das indústrias. Atuando no mercado nacional, a Siol Alimentos produz óleos, maioneses e gorduras. Em Goiás, funcionando em Rio Verde, ela ingressa no segmento de derivados de tomates.

Proprietária de cinco marcas e fabricante de produtos para parceiros de marca própria, a indústria aderiu ao PQF para ter acesso a um parque de fornecedores de produtos e serviços qualificados apto a atender suas demandas. No PQF, programa que prepara empresas para suprir as exigências das grandes compradoras com a implantação de requisitos que garantam o desenvolvimento e a qualificação desses fornecedores, ela soma-se à Perdigão, Comigo, Brasilata, Cargill e ao Grupo Orsa, além da Associação Comercial e Industrial de Rio Verde (Acirv), que compõem o Comitê Gestor do PQF, gerenciado pelo IEL Goiás.

Nessa integração, a Siol Alimentos se abriu à primeira rodada de negociação comercial com os fornecedores rio-verdenses. A empresa reuniu-se com os atuais 22 participantes do programa para apresentar suas demandas, previsões de consumo e efetivar negócios, no Fórum Permanente de Oportunidades de Negócios. De acordo com o gerente de marketing da Siol, Eduardo Nunes, é prática da empresa valorizar o fornecedor local e fortalecer o elo com a comunidade. "Na matriz, temos a tradição de manter um parque de fornecedores desenvolvidos; agora queremos a qualificação e expansão dessa relação", ressalta.

Com a rodada de negócios, os fornecedores tiveram a possibilidade

de avaliar suas reais condições de trabalho e de gestão frente à compradora. Para os representantes das empresas Brasil Car e Furação Produtos de Limpeza, o momento foi um canal de abertura para a realização concreta de negócios e de futuras negociações, para outras 11 fornecedoras que agendaram visitas à Siol.

Integrante do Comitê Gestor do PQF em Rio Verde, a Siol Alimentos busca fornecedores aptos a atender às necessidades, como prazo, qualidade, agilidade no atendimento e novos produtos, "numa relação permanente e por muitos anos", afirma Eduardo Nunes.

A partir do PQF, instrumento fortalecedor das cadeias produtivas locais no Estado de Goiás, o Fórum é uma inovação que visa mudar o cenário econômico das regiões, revelando e valorizando o potencial de crescimento das empresas fornecedoras. Também promove o resgate de negociações comerciais que podem estar ocorrendo fora da cidade.

Perto do industriário

Instituição promove bem-estar do trabalhador e de sua família, garantindo qualidade no trabalho e maior produtividade

tualmente Goiás conta, segundo a Secretaria da Fazenda, com 11.756 indústrias de micro, pequeno, médio e grande porte, que respondem por 35,48% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. Esses números demonstram a força e a importância do segmento da indústria para a economia goiana.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) destaca que a indústria emprega no Estado mais de 137 mil trabalhadores, público-alvo que tem a oportunidade de usufruir das atividades que o Serviço Social da Indústria (Sesi Goiás) oferece. "Nossa missão é promover a qualidade de vida do trabalhador e seus dependentes, com foco em saúde, educação e lazer e estimular a gestão socialmente responsável da empresa industrial", ressalta o superintendente do Sesi, Paulo Vargas. Ele acrescenta: "Observamos que em 2006 os industriários e seus dependentes procuraram e utilizaram mais os produtos e serviços do Sesi e nós ficamos satisfeitos com esse aumento, afinal, a instituição existe para servir aos colaboradores da indústria."

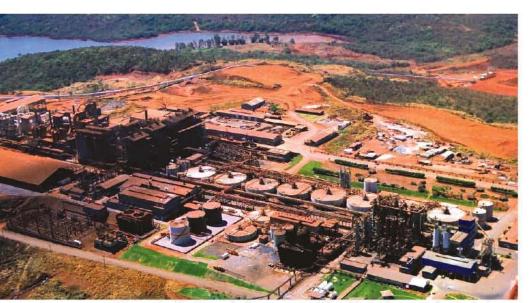
Priorizar o trabalhador e oferecer a ele serviços específicos que contribuam para a melhoria do ambiente de trabalho, incentivá-lo a adotar hábitos para uma vida mais saudável, valorizando o bem-estar físico e emocional, são pontos que o Sesi elencou como motivos para esse aumento. "Toda a nossa equipe está empenhada em atender o cliente da melhor forma possível, oferecendo os melhores serviços. Acreditamos que esse é um diferencial para que o trabalhador da indústria

e seus dependentes busquem o Sesi", explica Paulo Vargas.

Fazer e atender mais – No ano passado, houve um aumento de 51% no número de empresas e de trabalhadores atendidos pelo Programa de Saúde e Segurança no Trabalho, em comparação com as ações realizadas em 2005. Nos serviços de odontologia, foram registrados atendimentos para 97% dos trabalhadores da indústria e seus dependentes, nas unidades em Goiânia, Anápolis, Catalão e Itumbiara, além dos consultórios fixos nas empresas e nos móveis.

As palestras educativas e preventivas registraram aumento de participação – 41% a mais de trabalhadores puderam ampliar o conhecimento sobre tabagismo, alcoolismo, doenças transmissíveis e segurança no trabalho, de forma lúdica e divertida. "As palestras educativas são ações preventivas que visam à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores. A previsão, para 2007, é de que mais de 15 mil pessoas participem dessas atividades", destaca o gerente de Saúde do Sesi, Marco Antônio Naves.

Na área de educação, uma das grandes ações foi a parceria do Sesi com a Votorantim Metais, em Niquelândia (GO). A Escola Macedo, mantida pela empresa, passou a ser gerenciada pelo Sesi e atende crianças do ensino infantil I, II e III e ensino fundamental (1ª à 8ª série). Essa é a primeira vez que a instituição gerencia escola de uma indústria, destinada exclusivamente aos filhos dos trabalhadores. Além do amplo



Votorantim Metais: escola da empresa, em Niquelândia, é gerenciada pelo Sesi

espaço físico, a unidade possui videoteca, biblioteca, brinquedoteca e sala de informática.

"Registramos que 98% dos filhos dos trabalhadores da Votorantim foram matriculados na Escola Macedo em 2006, o que confirma a confiança dos pais na metodologia de educação escolar implantada pelo Sesi", diz o gerente de Educação da instituição, Luiz Macedo.

A educação sempre foi um dos pilares do trabalho do Sesi, que oferece aos filhos dos trabalhadores industriais ensino fundamental nas unidades de Goiânia, Anápolis e Niquelândia. Na unidade da Vila Canaã, cresceu em 100% o número de matrículas no ano de 2006, em comparação com 2005.

Outra ação é o Programa Sesi Educação do Trabalhador, destinado a jovens e adultos que não puderam frequentar a fase de escolarização em idade própria. O objetivo é combater a baixa escolaridade do trabalhador brasileiro, bem como elevar sua qualidade de vida. No ano passado, 2.262 trabalhadores participaram do programa e tiveram a oportunidade de buscar novos desafios e crescer dentro da empresa.

Corpo e mente – Desde 2002, a empresa Goiás Carne Alimentos S/A mantém parceria com o Sesi para a realização da ginástica laboral. "Isso aconteceu após a realização de um laudo técnico que verificou a necessidade dessa atividade, tendo em vista que a maior parte das nossas atividades tem uma exigência física em razão dos movimentos repetitivos", explica Fernando Bezerra, gerente de Recursos Humanos.

Ele conta que, além dos beneficios para o organismo com a prática do exercício físico, a ginástica laboral tem efeito terapêutico por causa da integração das pessoas que se reúnem para a realização das aulas. "Percebemos o aumento da auto-estima, a



Fernando Bezerra: melhor relacionamento interno

melhoria no relacionamento interno, independente da seqüência de exercícios. Todos saem sorridentes após a ginástica. Com certeza, a ginástica laboral contribui, em muito, para o melhor desempenho das atividades ocupacionais, não só fisicamente, mas mentalmente", ressalta.

Atualmente, cerca de 200 colaboradores da Goiás Carne participam das atividades, cujo sucesso Bezerra atribui à credibilidade e seriedade dos profissionais do Sesi na condução do trabalho. "Queremos o Sesi sempre por perto. Depois da ginástica laboral, já participamos dos Jogos, utilizamos o Caminhão da Cultura, implantamos a Semana Interna de Prevenção de Acidentes, além das apresentações teatrais. Essa é uma parceria que só dá certo", destaca.

Assim como a Goiás Carne, diversas empresas já incorporaram não apenas a ginástica laboral, mas o esporte como forma de desenvolver o cidadão. Para comprovar essa realidade, o Sesi promoveu em 2006 e divulgou no início deste ano a pesquisa Estilo de Vida e Hábitos de Lazer dos Trabalhadores das Indústrias de Goiás, que serve como parâmetro para a implantação no Estado do Programa Lazer Ativo, desenvolvido pelo Sesi em todo o País.

O objetivo é informar e criar oportunidades para que os trabalhadores conheçam, experimentem e incorporem ao seu estilo de vida hábitos



Luiz Macedo: confiança dos pais na educação do Sesi

mais saudáveis e atividades de lazer. Afinal, viver bem é uma necessidade do ser humano. No caso específico dos trabalhadores, ficou para trás o tempo em que se imaginava que os funcionários só começavam a existir no momento em que pisavam na empresa. Hoje, sabe-se muito bem que investir na qualidade de vida dos trabalhadores dentro e fora da organização é fundamental para o aumento da competitividade empresarial.

Além das atividades realizadas na empresa, os trabalhadores da indústria e seus dependentes podem se inscrever nas diversas atividades que o Sesi oferece em suas unidades, como natação, hidroginástica, dança, ginástica localizada, saltos ornamentais, judô, voleibol, futebol, futsal, capoeira, musculação e adultos em exercício.

Eles têm à disposição profissionais qualificados, equipamentos modemos, quadras cobertas, piscinas, campos de futebol, ginásios, sala de judô, sala de dança, academia de ginástica e outras dependências que fazem parte da infra-estrutura utilizada para subsidiar todo o trabalho desenvolvido na área desportiva.

O Sesi acredita que promover a qualidade de vida do trabalhador e seus dependentes com foco em educação, lazer e saúde significa fortalecer os sentimentos de colaboração, de participação e de solidariedade, além de estimular a melhoria da qualidade de vida de todos.

Novo round contra o analfabetismo

Sesi Goiás e MEC abrem nova etapa do Programa Brasil Alfabetizado e pretendem formar mais 3,2 mil pessoas

publicação Economia e Desenvolvimento, do governo do Estado de Goiás, distribuída em março deste ano, mostra que a taxa de analfabetismo, em Goiás, diminuiu de 16,3% em 1992, para 10,2% em 2005. Ou seja, mais goianos hoje têm a oportunidade de cursar uma faculdade, ler jornais e revistas ou realizar uma tarefa simples, como pegar um ônibus, sem correr o risco de ir para o lugar errado.

Contribuindo para erradicar o analfabetismo de jovens e adultos de todo o País, o Serviço Social da Indústria (Sesi Goiás), em parceria com o Ministério da Educação e Cultura, lançou em 2003 o Projeto Sesi por um Brasil Alfabetizado, que atendeu mais de 14.800 alunos, tanto da indústria, quanto da comunidade, até 2005.

Segundo o gerente de Educação do Sesi Goiás, Luiz Macedo, a meta para 2007 é reunir 3.200 pessoas em sala de aula. "Somos pioneiros na área de educação do trabalhador e estamos prontos para cumprir a nossa parte na missão de eliminar o analfabetismo nacional", relata.

Ele explica como funciona o projeto. "A alfabetização de jovens e adultos tem duração de seis meses, com carga horária de 240 horas. As turmas são formadas com no mínimo 15 e no máximo 25 alunos".



Paulo Vargas e Aristide Antônio da Silva: mais um certificado concedido pelo programa

"O que queremos é que o trabalhador da indústria e a comunidade em geral possam aprender mais e elevar a escolaridade, para que tenham chances no concorrido mercado de trabalho e sintam-se cidadãos responsáveis pelos destinos do País", finaliza Luiz Macedo. Dados do IBGE mostram que, no Brasil, mais de 65 milhões de jovens e adultos não concluíram o ensino básico.

Prêmio à qualidade no trabalho

Com o tema Construindo uma Indústria Socialmente Responsável, o Serviço Social da Indústria (Sesi) realiza a 12ª edição do Prêmio Sesi Qualidade no Trabalho. A promoção é um reconhecimento público das indústrias às práticas de gestão de pessoas, política de saúde, segurança e meio ambiente, entre outros. Para o presidente da Fieg, que é também diretor regional e presidente do Conselho Regional do Sesi, Paulo Afonso Ferreira, essa iniciativa é um instrumento de sensibilização das empresas brasileiras para a melhoria da qualidade de vida dos seus colaboradores. Mais informações estão disponíveis no site www.sesi.org.br/psqt.

Do Senai para a Videplast

Indústria seleciona p<mark>rofissionais por meio de curso de</mark> formação desenvolvid<mark>o em parceria com o Senai Goiás</mark>

onsiderada uma das maiores empresas de embalagens plásticas flexíveis do País, com clientes como Sadia, Perdigão, Cargill, Bunge, Aurora, Bertin, Dolly e Interbrew-Ambev, a Videplast possui quatro fábricas instaladas nas cidades de Videira e Rio das Antas, ambas em Santa Catarina; Rio Verde (GO) e Várzea Grande (MT). Em 2005, a filial goiana assinou convênio com o Senai para a realização de um programa de capacitação que atendesse à demanda por mão-deobra qualificada na linha de produção. A extensa programação abrange cursos, com duração de 48 horas, de matemática, mecânica industrial, metrologia, hidráulica, lubrificação, eletricidade/eletrônica, ca, eletropneumática, seguranca do trabalho, qualidade, flexografia, extrusão, estocagem, corte e solda. As atividades estão a cargo da Unidade Integrada Sesi Senai Rio Verde.

As inscrições para participar do programa são abertas a pessoas da comunidade local recrutadas pela própria empresa. Após os cursos, elas praticam o que aprenderam trabalhando em vários setores da fábrica durante dois meses. Passado esse período, a Videplast contrata os que mais se destacaram no grupo. Até o momento, quase 300 alunos já foram capacitados.

"Atualmente, mais de 70% dos participantes são contratados. Nossa meta é elevar esse índice para 90% de aproveitamento. Estamos em fase de expansão e vamos precisar de pessoas qualificadas para assu-



Formação: Solon Aguiar trabalha há quase um ano no setor de corte e solda



Aprendiz: Gesley Oliveira atua na área de manutenção mecânica da Videplast

mir os cargos que serão oferecidos", informa a gerente financeira da Videplast, Vanusa Mendes. Para ela, a parceria com o Senai tem possibilitado formar um quadro de funcionários à altura do perfil exigido pela indústria. "Vivemos em uma região essencialmente agropecuária e, por-

tanto, carente de mão-de-obra especializada no segmento industrial. O trabalho com o Senai resolveu esse problema, as pessoas já chegam na fábrica familiarizadas com o processo produtivo. Isso contribui muito para aumentar nossa produtividade, otimizar recursos, reduzir perdas e

diminuir a rotatividade. A instituição realiza treinamento de alta qualidade e está sempre disposta a atender nossas necessidades", afirma.

Oportunidade — O diretor da Videplast em Rio Verde, Walter Hagemeier, diz que o programa de capacitação tem formado profissionais mais preparados para o trabalho. "Nossa matriz em Videira já realizava projeto semelhante com o Senai local, sempre alcançando bons resultados. Por aqui, também tivemos ótima acolhida do regional goiano e, hoje, nossos colaboradores são mais capacitados e ambientados com a cultura industrial", avalia.

O agente de Relações com o Mercado da Unidade Integrada Sesi Senai Rio Verde, André Luiz Valente, explica que inicialmente uma equipe da escola esteve em Videira em busca de subsídios para a implantação do programa em Goiás. "Fizemos um projeto próprio, adequado às necessidades específicas da empresa e adaptado à realidade do nosso parque industrial".

Após participar do curso de formação de auxiliar de produção, o operador Alfredo Silva de Brito viu sua vida profissional se transformar da água para o vinho. Ele trabalhou durante três anos na área rural e está



Em treinamento: Débora Ferreira sonha com a sua contratação

há quatro meses na Videplast. "Não tinha a menor idéia de como funcionava uma fábrica, mas com o curso do Senai aprendi a lidar com algo totalmente diferente do que estava habituado a fazer. Além disso, estou tendo uma oportunidade única de crescer profissionalmente. Pretendo melhorar ainda mais meu desempenho para chegar a ser um supervisor ou encarregado", planeja.

Para Janaína Cristina, o curso do Senai foi seu passaporte para o primeiro emprego. Contratada há apenas um mês, ela diz estar feliz por ter tido a chance de entrar no mercado. "Nunca pensei que fosse conseguir trabalhar em uma grande indústria".

Ednan Souza trabalhava como pintor quando resolveu fazer sua inscrição no programa de capacitação. Foi selecionado e, hoje, atua como auxiliar de soldador. "Participar do curso no Senai foi como se uma porta tivesse se aberto para mim. Estou há quase um ano na fábrica", comemora.

Usando uma camiseta verde, uniforme do curso, que a identifica como aluna em treinamento na empresa, Débora Ferreira sonha com a sua contratação. "Estou maravilhada com o serviço". Também ainda na



Valdiniz Bezerra: "Aprendo cada dia um pouco mais"



Janaína Cristina: curso do Senai foi passaporte para o primeiro emprego

38 Goiás Industrial Marco/Abril 2007



Vanusa Mendes, gerente-financeira: mão-de-obra qualificada

condição de aluno, Valdiniz Bezerra compartilha o mesmo objetivo que a colega. "Aprendo cada dia um pouco mais e espero ser aproveitado pela indústria".

Além do programa específico de formação profissional, a Videplast mantém 17 alunos cotistas no curso de aprendizagem em mecânica de manutenção industrial. Solon Aguiar é um deles. "Logo que comecei o curso me chamaram para trabalhar. Estou há quase um ano na fábrica e atuo no setor de corte e solda". O aprendiz Gesley Oliveira está na área de manutenção mecânica da empresa e acredita que o curso tem contribuído muito na execução de suas funções.

A Unidade Sesi Senai Rio Verde realiza também regularmente diversos cursos nas áreas de qualidade e segurança do trabalho, destinados à qualificação de colaboradores da Videplast. Os 22 operadores de empilhadeiras da fábrica foram treinados pelo Senai. A instituição presta ainda serviços de assessoria técnica e tecnológica. Quanto às atividades oferecidas pelo Sesi, a Videplast deve implantar, ainda este semestre, a ginástica laboral, o Programa Cozinha Brasil e o Telecurso, além do gabinete odontológico, que já realizou, só no ano passado, 153 atendimentos.



Alfredo Silva de Brito: de trabalhador rurala operador, planeja ser supervisor ou encarregado

Empresa valoriza colaboradores

Fundada em 1986, em Videira (SC), a Videplast adotou como política de trabalho a valorização de seus funcionários, buscando manter e ampliar ações em relação à responsabilidade social como forma de melhorar as condições de vida dos colaboradores, seus familiares e das comunidades nas quais atua. Um desses programas é o de Participação nos Lucros é Resultados (PPR).

"O objetivo maior do projeto é fazer com que os trabalhadores se sintam donos do negócio e mostrar que eles são fundamentais para o bom andamento do processo produtivo. Não adianta investir em máquinas de R\$ 5 milhões se o operador do equipamento de alta tecnologia não estiver satisfeito com seu emprego", justitica Vanusa Mendes.

A gerente observa também que os funcionários da fábrica estão mais comprometidos com a qualidade do produto final após a implantação do programa de formação de auxiliar de produção, desenvolvido em parceria com o Senai Goiás. "Em um mercado altamente competitivo como o nosso, precisamos de trabalhadores capacitados para manter os padrões de qualidade e aumentar a produtividade".

As quatro plantas industriais da Videplast, que transformam cerca de 3 mil toneladas de resinas poliméricas por mês, geram 1.600 empregos diretos. Entre seus clientes estão algumas das maiores empresas brasileiras e multinacionais do setor de alimentos, como Sadia, Perdigão, Cargill, Bunge, Aurora, Bertin, Dolly e Interbrew-Ambev. Também produz rótulos para grande marcas de refrigerantes e bebidas, para águas minerais, óleos comestíveis, laticínios e produtos de limpeza. As embalagens da Videplast são exportadas para vários países por meio desses parceiros comerciais.

Rumo à Olimpíada

Senai convoca indústrias a participar do maior evento de educação profissional da América Latina

nde tem indústria tem Senai. O slogan não é novo, afinal, com 65 anos de existência no Brasil - 55 em Goiás -, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial forma a mão-de-obra que movimenta o parque industrial do País. Não é novo, mas ao longo de décadas se modifica e ganha versões semelhantes, caracterizando uma instituição que se renova constantemente, de olho nos avanços tecnológicos do setor produtivo, e procura estar sempre na vanguarda das inovações. "O Senai é parceiro das indústrias que buscam competividade em um mercado cada vez mais disputado", define o diretor regional, Paulo Vargas.

Ele cita outro mote. "O Senai vai aonde a indústria está", para ressaltar a interiorização da instituição, que implanta unidades em regiões estratégicas. Atualmente, há escolas e faculdades em Goiânia, Anápolis, Catalão, Itumbiara, Minaçu, Niquelândia, Aparecida de Goiânia e Rio

Verde – as três últimas com atuação integrada com o Sesi –, além de núcleos em Trindade e Jaraguá e unidades móveis que permitem multiplicar a sua presença no Estado.

E não só. Para gerar e disseminar conhecimento e tecnologia, o Senai busca a evolução permanente de seus serviços, diversificando e ampliando sua ação para contemplar todas as regiões do Estado. Assim, diante de acelerada demanda por educação profissional, resultante do crescimento da economia goiana, a instituição, além da formação inicial e continuada, passou a oferecer também graduação tecnológica e pós-graduação em segmentos específicos.

Em meio aos preparativos para a realização da etapa estadual da Olimpíada do Conhecimento, competição nacional de educação profissional que envolve alunos e instrutores e visa à melhoria do ensino, o slogan que move os educadores da instituição se inverte. "Onde tem Senai tem

indústria", apregoam para convocar as indústrias a participar desse que já é considerado o maior evento do tipo na América Latina.

Novas ocupações — A etapa estadual da Olimpíada do Conhecimento será realizada em Goiânia, de 26 de agosto a 1º de setembro, na Faculdade de Tecnologia Senai Ítalo Bologna. "A parceria é fundamental para agregar valores, promover intercâmbio entre a escola e a indústria", afirma o gerente de Educação Profissional do Senai, Manoel Pereira da Costa.

Esta edição da competição traz algumas novidades. A primeira delas é a participação de alunos do Senai Goiás em ocupações nunca antes disputadas — sistema de transporte da informação, desenho mecânico em CAD, design gráfico, instalação e manutenção de redes PC, mecatrônica, metrologia dimensional, robótica e segurança do trabalho.

Além dessas, também serão realizadas provas práticas e teóricas nas ocupações de confecção de roupas, eletricidade industrial, instalação e manutenção de redes PC, marcenaria, mecânica, tecnologia da informação, confecção de calçados, design de moda e outras.

Ao todo, 128 alunos das escolas e faculdades do regional goiano disputarão medalhas. Serão avaliados conhecimentos técnicos, tecnológicos, de qualidades pessoais e habilidades. Os melhores classificados representarão Goiás na fase nacional da Olimpíada, prevista para junho e julho de 2008, no Paraná, Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.



Competição: etapa estadual da Olimpía da a contece entre 26 de agosto e 1º de setembro

40 Goiás Industrial Marco/Abril 2007

Unidos pelo estágio

Numa relação estreita de colaboração, IEL e Crea-GO assumem o desafio de formar profissionais para o século 21

e um lado, a experiência de 37 anos na condução de jovens em contato com a realidade empresarial por meio do estágio. De outro, uma extensa rede de profissionais que pode contribuir com essa capacitação, configurando-se em agentes do processo de formação do estudante. A aproximação entre o Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás) e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Goiás (Crea-GO) resulta em oportunidades de estágio e em avanço para as modalidades abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

Por meio do convênio Estágio Século 21 - IEL e Crea Projetando o Futuro, as duas instituições dão um passo à frente e abrem perspectivas para estudantes goianos, ao favorecer, por meio do estágio, o confronto entre a teoria recebida nas universidades e a experiência prática que o mercado de trabalho exige. O Estágio Século 21 objetiva proporcionar a estudantes atividades de aprendizagem profissional, sob supervisão. "Essa aproximação se constitui numa soma de esforços para estimular a prática do estágio e toda a sua eficácia de inclusão do jovem. É uma contribuição estreita para a capacitação dos estudantes em ambiente de trabalho", comenta o superintendente do IEL, Paulo Galeno Paranhos.

O convênio abre um leque de oportunidades de estágio nos cursos da área tecnológica abrangidos pelo Sistema Confea/Crea. Ou seja, engenheiros, arquitetos, agrônomos, geólogos, geógrafos, meteorologistas, técnicos e tecnólogos, que



Acordo: Francisco de Almeida, presidente do Crea-GO, Paulo Afonso Ferreira, presidente da Fieg, e Paulo Galeno, superintendente do IEL Goiás, firmam convênio

atuam como profissionais liberais (pessoas físicas) serão beneficiados com o auxílio de um estagiário em sua respectiva área de atuação e, ao mesmo tempo, promoverão estágio planejado para aqueles que iniciam a vida profissional. "Os profissionais liberais junto ao conselho poderão descobrir talentos e formá-los de acordo com a cultura do seu negócio", completa Paulo Galeno.

O fio condutor dessa articulação é que, cada vez mais, tanto instituições quanto empresas estão conscientes de seus papéis na educação e formação do jovem. Por isso, investem no estágio como ferramenta de captação e preparação do futuro profissional. "Estamos efetivando nossas missões nesse contexto atual, tão complexo para o jovem brasileiro e goiano", reforça o superintendente do IEL Goiás.

As duas instituições apostam fichas no projeto, que tem tudo

para dar certo e garantir ao estudante goiano maiores chances de alcançar mais rápido o perfil profissional traçado, por meio do estágio desenvolvido de forma completa e harmônica.

O Sistema Confea/Crea fiscaliza em todo o País mais de 200 profissões. Goiás possui registrados, atualmente, 15 mil profissionais liberais, inscritos em diversas modalidades. "Se cada um oferecer uma vaga, serão 15 mil novos estagiários em todo o Estado", declara o presidente do Crea-GO, Francisco Antônio Silva de Almeida. Para ele, o estágio é de fundamental importância. "O profissional liberal, ao contratar o estagiário, contará com a ajuda de mão-de-obra afinada com as atividades técnicas desenvolvidas. Já o aluno receberá orientação de forma correta, para que adquira experiência do funcionamento do mercado em que atuará", explica.

Moda by Catalão

Confecções do município apostam no Programa APL para conseguir maior produtividade e eficiência na concorrência com roupas asiáticas

ompetitividade para disputar espaço em um mercado altamente concorrido é o que necessitam as indústrias de confecções brasileiras, num momento em que roupas asiáticas invadem as prateleiras do País. Só no primeiro trimestre deste ano, o Brasil importou no item vestuário volume 17,7% maior do que o dos três primeiros meses de 2006, de acordo com dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções (Abit). Nesse contexto, cresce a importância de ações de desenvolvimento econômico que buscam aumentar a competitividade das empresas do segmento.

É o caso do Programa Arranjo Produtivo Local (APL), fruto de convênio celebrado entre Ministério da Integração Nacional, Fieg, IEL e Senai, que atende às confecções das cidades de Águas Lindas, Novo Gama e Catalão. No município do Sudeste goiano, teve início, em abril, assessoria a 20 confecções, compreendendo 296 horas de consultoria técnica e tecnológica gratuitas.

"Com esse trabalho, vamos conseguir aumentar a produção com o mesmo número de funcionários e máquinas", analisa Valéria de Jesus Vaz, proprietária de uma das empresas atendidas pelo programa, executado

pelo Senai. A confeccionista busca aquilo que o APL pretende proporcionar às empresas: maior competitividade a partir de ganhos de produtividade e de eficiência em todo o processo.

Para isso, a assessoria promove ações como a formatação do layout das confecções, instituição de controles do processo produtivo e de planilha de custo para formação de preço de venda e orientações sobre gestão da indústria. Além disso, as pessoas envolvidas participam de curso de supervisão da produção, que tem como objetivo orientar sobre como eliminar os gargalos do processo produtivo.



Promoção: vendedoras Aline Martins Ferreira e Priscila Dias Cambraia a o lado do banner da campanha Compre Direto das Fábricas

42 Goiás Industrial Marco/Abril 2007

A vez de Catalão - O pólo de Catalão foi escolhido pelo governo federal para receber apoio porque apresenta excelentes perspectivas de expansão, como o fato de abrigar mais de 50 confecções localizadas num mesmo território. Para a Associação Brasileira do Vestuário (Abravest), a formação de pólos ou arranjos produtivos que permitam dar às micro e pequenas empresas de confecções solução à problemática de formulação de estratégias (preço, qualidade e foco) e à legalização ou regularização dos empreendimentos é uma opção de competitividade para as empresas do segmento.

O êxito da experiência pode ser comprovado nos pólos de confecção já consolidados, como Goiânia e Jaraguá. Esses arranjos produtivos têm gerado desenvolvimento econômico e social nas localidades onde estão instalados, conseguindo, inclusive, exercer forte pressão na definição de políticas públicas e governamentais que afetam o setor, tais como redução da alíquota de ICMS, tratamento diferenciado para obtenção de crédito e financiamento.

Catalão também já colhe os resultados obtidos a partir do fortalecimento do arranjo produtivo. Em dezembro, o Programa APL e a associação de confeccionistas promoveram campanha de marketing regional com o intuito de evidenciar seu pólo de lingerie e moda, beneficiando 50 empresas diretamente envolvidas. Em janeiro, a prefeitura do município incrementou o investimento inicial ao veicular na TV a campanha Compre Direto das Fábricas. Posteriormente, a Câmara dos Vereadores se uniu ao grupo e foi possível viabilizar a contratação de assessoria de imprensa nacional para o pólo durante o ano de 2007.

O esforço do Programa APL em aumentar a competitividade do arranjo produtivo de Catalão abran-



Diplomação: Elisangêla Duarte recebe de Cláudio Chini certificado do curso de enfesto, risco e corte em tecido plano



Assessoria técnica: a consultora Marília Pereira de Souza dá orientações na empresa Magia Íntima

ge a comunicação e a assessoria técnica, mas também passa pela capacitação profissional. Segundo diagnóstico da cadeia produtiva de confecções do município, realizado pelo APL em 2006, 39% dos empresários citaram a falta de mão-de-obra qualificada em todos os estágios do processo produtivo como um dos principais gargalos do segmento. A partir dessa informação, no ano passado, 13 cursos gratuitos foram realizados nas áreas de produção,

como costureiro industrial em moda íntima, e na área de administração, como formação de preços.

Até agora, o programa já capacitou 144 pessoas para atender ao mercado catalano. "As melhores vagas no
mercado de trabalho, aqui em Catalão,
muitas vezes são ocupadas por pessoas
de outras cidades", afirma o gerente da
Região Integrada de Desenvolvimento
da Região do Entorno do Distrito Federal (Ride), do Ministério da Integração
Nacional, Fernando Safatle.

SIGEGO

Prêmio gráfico

As inscrições para o 3º Prêmio Aquino Porto de Excelência Gráfica — Criação e Produção, o mais importante do segmento, concedido a estudantes dos cursos de Publicidade e Propaganda, Design Gráfico e Artes Plásticas, estarão abertas até o dia 29 de julho. Criado pelo Sigego e pela Associação Brasileira da Indústria Gráfica, regional de Goiás, o prêmio ganhou notoriedade ao longo desse período por estimular a criatividade e a qualidade dos trabalhos produzidos no Estado. Podem concorrer empresas gráficas, agências de comunicação e estudantes que inscreverem seus trabalhos criados e produzidos em território goiano e impressos a partir de 1º de setembro de 2006 até a data de encerramento das inscrições. Antônio de Sousa Almeida, presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas, composto por 600 empresas que empregam quase 4 mil trabalhadores, informa que a premiação será no dia 20 de setembro, na Casa da Indústria.

SINDUSCON-GO

Qualidade dos materiais

Fabricantes, fornecedores de materiais de construção, representantes de empresas construtoras e engenheiros participaram de duas palestras sobre qualidade total dos produtos utilizados na construção civil, quando também discutiram questões como a normalização

técnica e a não conformidade intencional. O encontro foi realizado na sede do Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (foto), que tem recebido reclamações de associados quanto a irregularidades em produtos como os derivados de madeira, massa PVA e tinta látex, entre

outros. Desde o dia 1° de abril, quando foi assinado termo de cooperação e ajuste técnico entre as partes interessadas, o Procon intensificou a fiscalização nas lojas e depósitos de material de construção na Grande Goiânia. A indústria ceramista denunciou que boa parte dos tijolos produzidos e revendidos em Goiás fere as normas de fabricação, podendo colocar em risco a segurança das obras.



Caravana nacional

Desafios e oportunidades do setor têxtil e de confecção, que demitiu quase 100 mil trabalhadores em 2006, foram expostos no dia 18 de abril, na Câmara dos Deputados, por uma caravana nacional do Movimento Emprega Brasil. Frederico Martins Evangelista (foto), presidente do Sindicato das Indústrias de Confecções/ Roupas de Goiânia, disse que foi entregue ao deputado Arlindo Chinaglia, presidente da Câmara, documento solicitando, dentre outros itens, medidas de criação do Super-Simples para desonerar toda a cadeia produtiva. O setor é um dos mais afetados pela valorização do câmbio e o consequente aumento das importações. Os empresários goianos foram acompanhados pelo deputado Ozair José (PP), que se dispõe a participar de bancada nacional para proteger o setor têxtil.





Goiás Industrial Março/Abril 2007



SINDICARNE

Exportação compensa

Apesar das dificuldades criadas pela valorização cambial e pelo baixo desempenho do consumo interno, as exportações de carne continuam a todo vapor. Para José Magno Pato, presidente do Sindicato da Indústria de Carne, a tendência tem possibilitado a manutenção do preço pago ao produtor, que até conseguiu pequeno ajuste. Apesar da ameaça do plantio de cana nas áreas de pastagens, o rebanho permanece estabilizado. O cenário sugere que o produtor está se adequando, ao mudar o sistema de criação, com destaque especial para o crescimento de sistemas de confinamento (foto). Com esses ajustes, o problema não deve ter maior influência no abate goiano.

SINDICALCE

Número triplicado

Ao fazer um balanço dos últimos três anos à frente do Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás, Flávio Ferrari classificou o resultado como positivo, pois o número de empresas sindicalizadas triplicou, a logomarca foi atualizada e o setor conseguiu organizarse para lançar, até julho, o Arranjo Produtivo Local (APL) de Calçados de Goiânia e Goianira. A consolidação do APL, espera o sindicato, deverá contribuir para estimular o crescimento do setor. A necessidade de treinamento do empresariado que trabalha visando o mercado globalizado foi o primeiro item diagnosticado pela direção do sindicato, seguido da qualificação da mão-de-obra e da realização de um workshop de moda.

SIFAEG I

Aberta a safra

Goiás deve colher 22,9 milhões de toneladas de cana nesta safra, volume 41,8% maior que o registrado na de 2006/2007, que chegou a 16,1 milhões de toneladas. A área plantada deve crescer 37,46%, passando de 264,9 mil hectares para 364,2 mil. A previsão é de que a área colhida passará de 203,7 mil hectares para 277,6 mil, com aumento de 36,29%. O Estado

conta hoje com 66 projetos para a instalação de usinas de açúcar e álcool, com investimentos que superam R\$ 10 bilhões. Vinte indústrias goianas estão em fase de construção ou implantação e a produção de açúcar passará de 15,3 milhões de sacas para 23,7 milhões na próxima safra, um crescimento de 55%. Já a produção de álcool atingirá 1,16 bilhão de litros, um incremento de 41,3% sobre a anterior. Goiás exportou 60 milhões de litros de álcool em 2006, volume que deve mais que dobrar neste ano. Em todo o País, as exportações atingirão 3,5 bilhões de litros.

SIFAEG II

Nota Fiscal Eletrônica

A Goiasa foi a primeira usina de álcool a aderir ao sistema da Nota Fiscal Eletrônica no Estado de Goiás. A decisão foi anunciada em solenidade realizada entre Sefaz e Sifaeg para empresas ligadas ao setor de combustíveis. Durante o evento, foi demonstrado na sede do Sindicato das Indústrias de Fabricação de Álcool, ao vivo e em tempo real, o processo de emissão do documento fiscal. O superintendente José Mauro de Oliveira anunciou que todas as empresas do setor sucroalcooleiro estarão utilizando a tecnologia em breve, o que resultará em vantagens tanto para o governo estadual quanto para o segmento produtivo.





Guerra contra incentivos fiscais

"Não se

sustentam mais

os argumentos

que pretendem

fundamentar o fim

dos incentivos"

MICHAL GARTENKRAUT

Estamos assistindo a uma verdadeira guerra contra os incentivos fiscais. Para o bem ou para o mal, esse importante instrumento de política econômica – um dos poucos direcionados ao meritório objetivo de desconcentração regional de renda e atividade – está sendo vilipendiado e responsabilizado por toda sorte de males que acometeram e acometem a economia brasileira.

De fato, todas as versões de reforma tributária até agora apresentadas contêm em seu escopo a proibição pura e simples de incentivos de qualquer natureza concedidos pelos Estados. O argumento para isso é que, no passado, sua utilização foi desvirtuada a ponto de produzir resultados simetricamente opostos aos originalmente pretendidos.

Argumenta-se que a concessão de incentivos na realidade prejudicou os Estados que a praticaram, estagnando a economia local, medida pelo seu PIB e
nível de emprego. Em última
análise, esse raciocínio acaba
culpando os incentivos por uma
catástrofe nas finanças públicas
estaduais, por perdas na arrecadação estadual, levando assim
à deterioração dos serviços públicos essenciais para a popula-

ção. A ser verdadeiro, esse quadro caracterizaria os governadores da época como fiscalmente irresponsáveis. Sua extensão ao cenário atual significaria uma condenação eterna de irresponsabilidade ao nível estadual.

Ocorre que o argumento carece de fundamentação empírica, ainda que em alguns casos isolados possa ter havido desvios, com aprovação de projetos de viabilidade duvidosa. De um modo geral, quando se observa as estatísticas estaduais sobre a evolução dos PIBs e do emprego nos últimos anos, verifica-se que os Estados que utilizaram de forma intensiva os incentivos como política de atração de novos empreendimentos industriais são justamente os que apresentam maiores taxas de crescimento de atividade, renda e emprego, que cresceram sistematicamente acima da média brasileira. Os dados também não corro-

boram a afirmação de que, em função dos incentivos fiscais, as finanças estaduais se deterioraram no período. Ao contrário, após o equacionamento do problema de endividamento e com o advento das Leis de Responsabilidade Fiscal, a maioria dos Estados apresenta significativas melhorias nos indicadores de suas finanças bem como nos de desenvolvimento social.

É verdade que os Estados, em geral, passaram por circunstâncias difíceis, sob o ponto de vista financeiro, principalmente após a crise da dívida externa deflagrada em 1982 e somente equacionada 12 anos depois, às vésperas da estabilização em 1994, quando foi assinado acordo definitivo com os credores internacionais. Mas atribuir aos

incentivos fiscais as dificuldades que os Estados enfrentaram naquelas circunstâncias é desconhecer as verdadeiras raízes da crise financeira que na época atingiu todo o Estado brasileiro; é desconhecer, igualmente, que essa história

Estados e a União, que consolidaram e refinanciaram, a longo prazo, as dívidas estaduais; e instrumentos modernos de controle, como as Leis de Responsabilidade Fiscal.

Portanto, não se sustentam mais os argumentos que pretendem fundamentar o fim dos incentivos. É preciso alertar os decisores, do contrário corremos o risco de "jogar a criança junto com a água".

pertence agora ao passado.

Hoje vivemos um cenário completamente distinto, no qual pontificam principalmente acordos celebrados entre os que consolidaram e refinan-

(*) Michal Gartenkraut é sócio sênior da consultoria Rosenberg & Associados e foi reitor do Instituto de Tecnologia Aeronáutica (ITA) e secretário-geral do Ministério de Planejamento no governo do presidente José Sarney

46 Gotás Industrial Marco/Abril 2007



Salão e Fórum Internacional do Gás/ Salón y Forum Internacional del Gas

8 a 11 de agosto/2007

Espaço de Feiras e Exposições da Escola do Senai - Vila Canaä - Golânia - Golás - Brasil

Espacio de Ferias y Exposiciones de la Escuela Del Senai – Vila Canaã – Goiánia – Goiás – Brasil

Mostra do Automóvel Verde - Greencar Muestra del Automóvil Verde

≋ go*iAs* Sindirepa



CAIXA



Pavilhão Saúde e Segurança no Trabalho - Saúde Ocupacional Pabellón Salud y Seguridad en el Trabajo - Salud Ocupacional



